

Revista **Socialismo e Liberdade** Nº 14 | setembro de 2016

**O golpe derradeiro  
contra o Estado social**

Eduardo Fagnani

| Pág. 5 |

**Impactos das  
Olimpíadas do Rio e  
dos megaeventos**

| Pág. 18 |

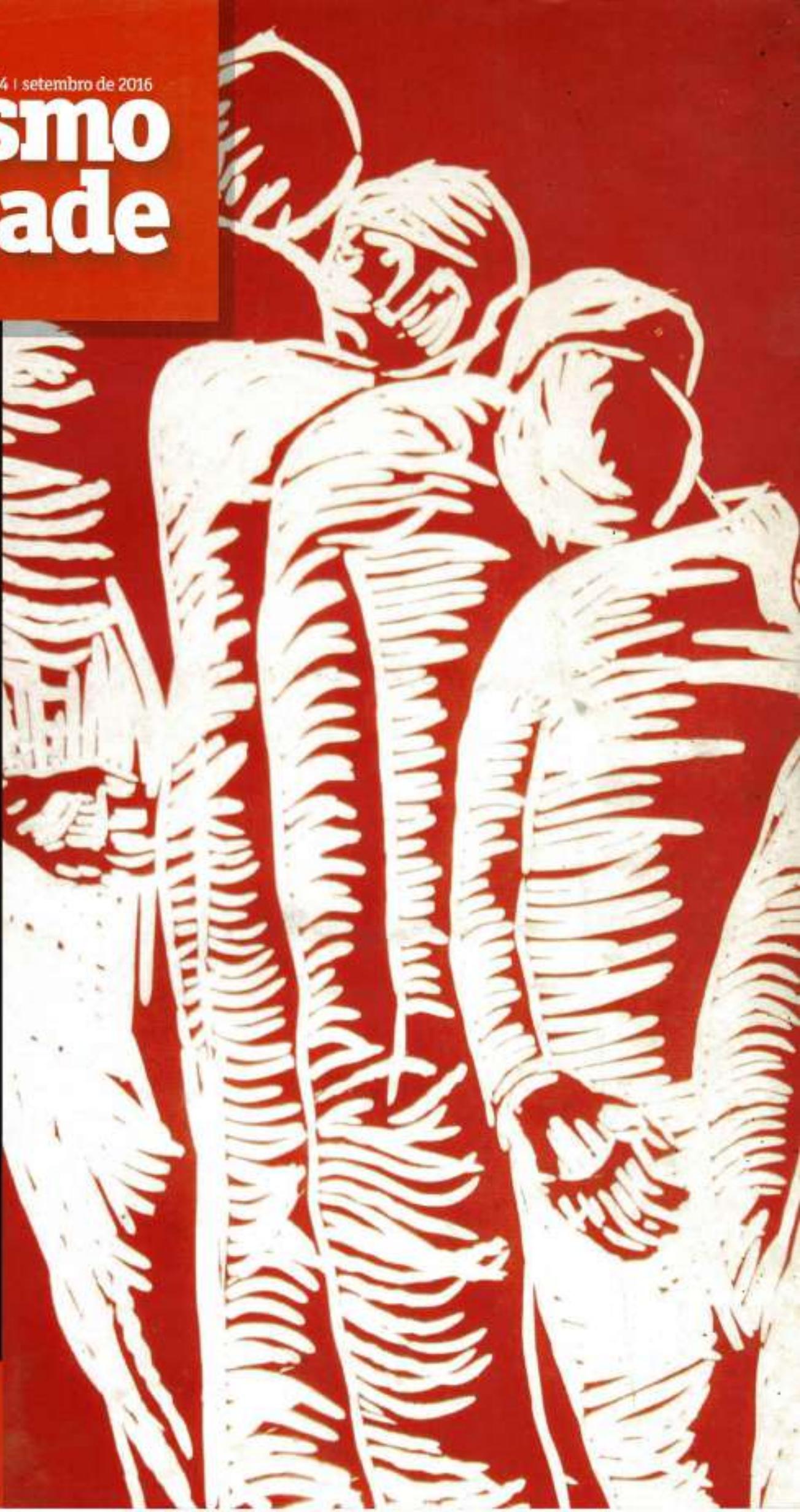
**Entrevista de Marcelo  
Freixo sobre os  
desafios do PSol nas  
eleições deste ano**

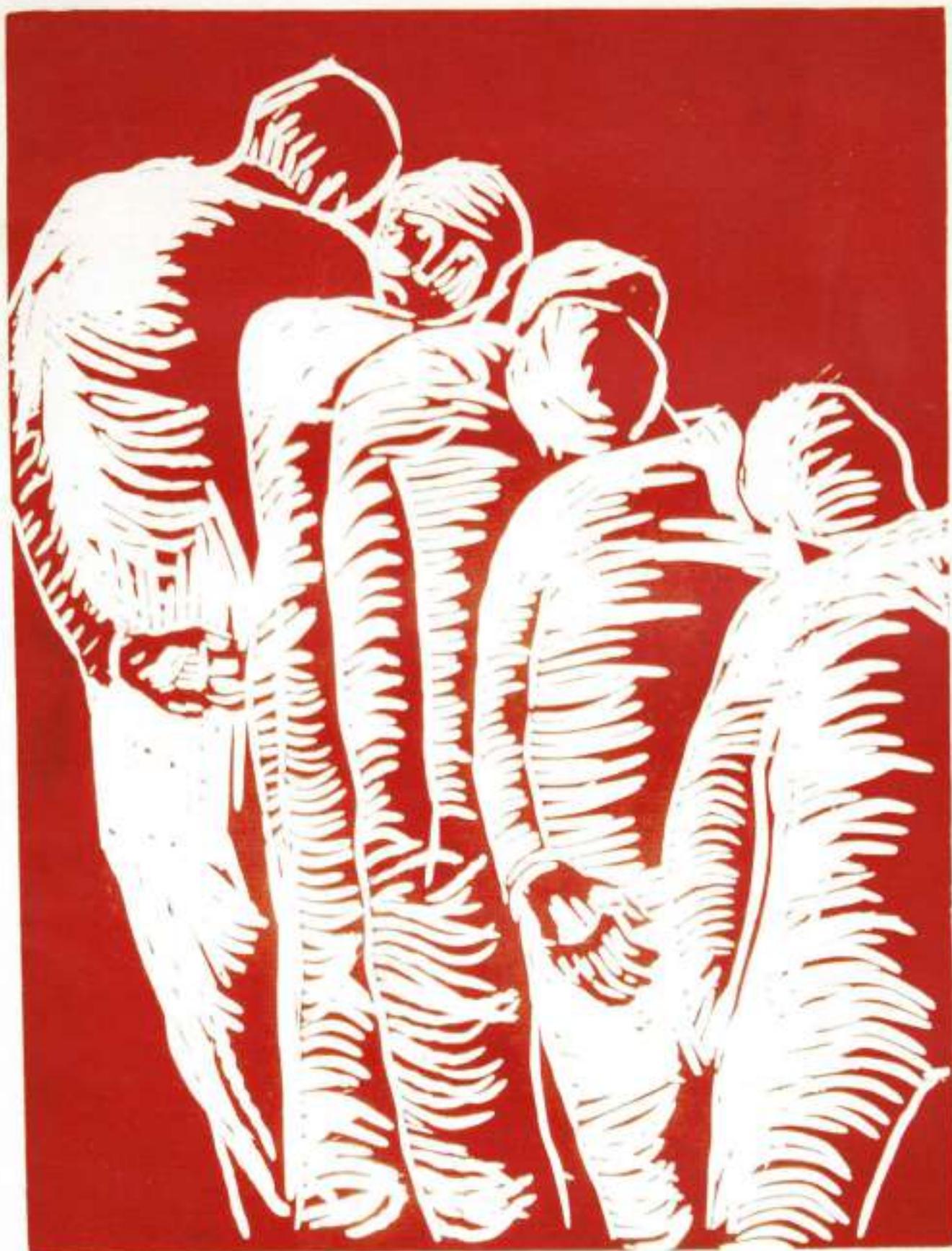
| Pág. 26 |

**DOSSIÊ GUERRA CIVIL ESPANHOLA**



**O AVANÇO DO FASCISMO**





45

## S U M Á R I O

<b>EDITORIAL</b>	4
<b>O GOLPE DERRADEIRO CONTRA O ESTADO SOCIAL</b>	
Eduardo Fagnari	5
<b>A QUADRA TEMERÁRIA</b>	
Chico Alencar	8
<b>REORGANIZAÇÃO CONSERVADORA E FUNDAMENTALISTA QUE ASSOLA O BRASIL</b>	
Fábio Felix	12
<b>SUBMISSAS, SEM DIREITOS E NO LAR</b>	
Carolina Peters e Raquel Mattos	15
<b>A POLÍTICA ESTÁ NOS JOGOS</b>	
Flávio Campos	18
<b>RECONFIGURAÇÕES DA LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA</b>	
Julianna Malerba e Guilherme Carvalho	21
<b>ENTREVISTA</b>	
Marcelo Freixo	26
<b>DOSSIÊ: GUERRA CIVIL ESPANHOLA</b>	
<b>O AVANÇO DO FASCISMO</b>	
Enrique Serra Padrós	32
<b>CRONOLOGIA</b>	36
<b>UM HERÓI BRASILEIRO NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA</b>	
Cid Benjamin	37
<b>LA PASIONARIA</b>	
Cid Benjamin	40
<b>PONTOECONTRAPONTO: BREXIT</b>	
André Ferrari e Rosana Pinheiro-Machado	42
<b>VENEZUELA EM ESPIRAL DESCENDENTE</b>	
Gilberto Maringoni	44
<b>VITÓRIA DE DONALD TRUMP NAS PRIMÁRIAS REPUBLICANAS</b>	
<b>SACODE POLÍTICA AMERICANA</b>	
Dan La Botz	46
<b>RESENHA</b>	49

**SOBRE A AUTORA:** Katia Acín (1923 - 2004) nasceu na cidade espanhola de Huesca. Filha de militantes anarquistas assassinados pelo franquismo, deixou o país para estudar artes, como seu pai. As memórias da guerra e a repressão são marca dos seus trabalhos. A obra de Katia e de seu pai está disponível em <http://fundacionacin.org>



Presidente  
**Juliano Medeiros**  
Diretor-Financeiro  
**Lucas Van Ploeg**  
Diretor Técnico  
**Gilberto Maringoni**



Presidente  
**Luiz Araújo**  
Secretário Geral  
**Fernando Silva**  
2ª Secretária Geral  
**Araceli Lemos**  
Secretário de Finanças  
**Israel Pinto Dutra**  
2ª Secretária de Finanças  
**Zenelde Nazaré Dos Santos**  
Secretaria de Organização  
**Leandro Martins Costa**  
2ª Secretária de Organização  
**Tetê Monteiro**  
Secretária de Comunicação  
**Albanise Pires**  
2ª Secretária de Comunicação  
**Brenna Paula Tavares**  
Secretaria de Mov.Sociais  
**João Carlos Dantas**  
2ª Secretária de Mov.Sociais  
**Luciete Maria Da Silva**  
Secretário de Rel. Internacionais  
**Francovaldo Mendes**  
2ª Secretário de Rel. Internacionais  
**Edilson Silva**  
Secretária de Rel. Institucionais  
**Mariana Costa Riscali**  
2ª Secretário de Rel. Institucionais  
**Michel Oliveira Lima**  
Secretária de Formação  
**Zilmar Aveniria**  
2ª Secretária de Formação  
**Táris De Medeiros**

Revista  
**Socialismo  
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Conselho Editorial: **Luiz Arnaldo Campos, Carolina Peters e Juliano Medeiros**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vlanna (mtb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondência: Rua Barão de Limeira, 1400 - C. Eliseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: [www.laurocampos.org.br](http://www.laurocampos.org.br) - [fundacao@laurocampos.org.br](mailto:fundacao@laurocampos.org.br). facebook.com/laurocampos. Tiragem: 6 mil exemplares.



## EDITORIAL

É com alegria que a Fundação Lauro Campos apresenta a edição número 14 da revista **SOCIALISMO E LIBERDADE**. Este é o segundo número desde que retomamos a publicação regular da revista, há dois meses. A excelente acolhida da edição anterior mostra a importância de um veículo que faça chegar aos militantes, filiados e simpatizantes do PSOL reflexões sobre os principais temas da atualidade, assim como abordagens sobre história, artes, filosofia e outros temas. Aperfeiçoamos a edição e a distribuição, consolidando pouco a pouco a revista como importante instrumento de reflexão política e teórica para os desafios da esquerda, de acordo com os objetivos da Fundação Lauro Campos.

Nesta edição, trazemos análises do cenário político dentro e fora do Brasil. O economista **Eduardo Fagnani** apresenta um quadro das primeiras medidas do governo ilegítimo de **Michel Temer** e o sentido geral de suas propostas. **Carolina Peters** e **Raquel Mattos**, por sua vez, analisam os efeitos nocivos das propostas de **Temer** para as mulheres, enquanto **Fábio Félix** trata do avanço conservador no Brasil e no mundo e de suas consequências para a defesa dos direitos humanos e das liberdades civis. O deputado federal **Chico Alencar** aborda a situação da luta política parlamentar e aponta as perspectivas no Congresso com o governo golpista que se instalou no Planalto. O quadro apresentado por estes artigos dará ao leitor um excelente panorama do momento político do país.

Completando a análise da conjuntura nacional: o ensaio do professor da USP **Flávio Campos** analisa os impactos das Olimpíadas do Rio de Janeiro para o país e o papel dos megaeventos na dinâmica do capitalismo mundial; enquanto **Julianna Malerba** e **Guilherme Carvalho** discutem os efeitos do modelo econômico dos

últimos anos sobre a Amazônia. A entrevista realizada por **Cid Benjamin** e **Carolina Peters** com **Marcelo Freixo** aponta os desafios do PSOL nas eleições deste ano, numa situação em que as cidades se tornam o palco principal dos conflitos.

Analisando o cenário internacional, temos três excelentes trabalhos. O historiador **Gilberto Maringoni**, professor da Universidade Federal do ABC, analisa os rumos e as atuais dificuldades da Revolução Bolivariana na Venezuela. O ativista, professor, jornalista e escritor estadunidense **Dan La Botz** aborda os significados da campanha de **Donald Trump** para a democracia nos Estados Unidos. E os textos de **André Ferrari**, dirigente do PSOL, e **Rosana-Pinheiro Machado**, professora da Oxford University, apresentam dois pontos de vista diferentes sobre o chamado "Brexit": a saída do Reino Unido da União Europeia.

Por fim, ao se completarem 80 anos do início da Guerra Civil Espanhola, trazemos um dossiê sobre este importante acontecimento. Ali se jogou não apenas o futuro imediato da Espanha, com repercussões para a Europa, mas estiveram presentes (e em conflito) as principais correntes ideológicas do século XX, de anarquistas a fascistas, de comunistas a republicanos, passando por diferentes colorações de socialistas e chegando até os monarquistas mais radicais. Quem reflete sobre este episódio tão marcante é o professor da UFRGS **Enrique Serra Padrós**. Além dele, **Cid Benjamin** escreve sobre um de seus personagens mais marcantes - **La Pasionária** - e sobre a participação do herói brasileiro das três pátrias, **Apolônio de Carvalho**, no conflito espanhol.

Boa leitura!  
**Juliano Medeiros**

# O GOLPE DERRADEIRO CONTRA O ESTADO SOCIAL



PHOTO: G. CANINO / ABR

**O propósito é radicalizar o projeto ultraliberal e implantar o Estado Mínimo, que é a negação do Estado Social: focalização versus universalização; assistência versus direitos; seguro social versus seguridade social; mercantilização versus serviços públicos; contratos flexíveis versus direitos trabalhistas e sindicais.**

## Eduardo Fagnani

Em cinco séculos de história, tivemos meio século de democracia, interrompido. Cem anos atrás, éramos uma sociedade de analfabetos agrários recém-saídos do regime escravocrata. Trinta anos atrás, reconquistamos a democracia e inauguramos a cidadania plena (MARSHALL, 1967), as quais deveriam ser saudadas como cláusulas invioláveis, pré-requisitos para a construção de um futuro suficientemente potente para enfrentar as diversas faces da vergonhosa desigualdade social.

Ao contrário, vivemos o final desse ciclo recente, no qual, aos trancos e barrancos, por força da pressão da sociedade civil organizada, abriram-se brechas para que o arcaico processo civilizatório avançasse moderadamente. Como se sabe, após difícil percurso, o projeto reformista e democrático formulado pelas forças políticas que lutavam contra a ditadura desaguou na Constituição de 1988 (FAGNANI, 2005). Na proteção social, os reformistas se inspiraram em alguns valores dos regimes de Estado de Bem-Estar Social. Esse movimento caminhou na contramão do mundo, pois a sociedade queria acertar as contas com a ditadura, e não havia campo fértil para germinar o projeto neoliberal, já hegemônico no plano internacional.

Entretanto, as camadas dirigentes, para



# FOLHA DE S. PAULO

Compreensão dos fatos, justiça social, mais justiça e menos privilégios; FHC diz que governo vai "apertar a cinto"

## FMI e Malan anunciam mais aperto

PIB cairá 4% no 1º semestre



Aperto e cinto. O governo anunciou ontem que o PIB cairá 4% no primeiro semestre. O ministro da Fazenda, Fernando Malan, afirmou que o governo vai "apertar a cinto" para enfrentar a crise econômica. Ele também mencionou a necessidade de reformas estruturais e a importância de manter a estabilidade macroeconômica.

preservar o status quo social, não toleram sequer avanços formais muito modestos e, desde 1988, conspiram para sepultar esse legado.

O golpe atual é nova oportunidade. O propósito é radicalizar o projeto ultraliberal e implantar o Estado Mínimo, que é a negação do Estado Social: focalização versus universalização; assistência versus direitos; seguro social versus seguridade social; mercantilização versus serviços públicos; contratos flexíveis versus direitos trabalhistas e sindicais.

O núcleo do Estado Mínimo é ocupado por políticas focadas na "pobreza". O Estado cuida apenas dos "pobres" (aqueles que recebem até um dólar por dia). Os "não pobres" têm de comprar serviços no mercado. Programas dessa natureza são funcionais para o ajuste macroeconômico, pois são baratos (0,5% do PIB) em relação às políticas universais, es-

pecialmente a Previdência Social (8% do PIB). Com base na experiência do Chile, desenvolvida no início dos anos de 1980 por delegação de Pinochet a Milton Friedman, o Banco Mundial elaborou o conhecido "modelo dos três pilares". Ao Estado cabe atuar no " pilar inferior", onde se concentra a "pobreza". Para os "pilares intermediários e superiores", a "soluções" são dadas pelo mercado.

### TENTATIVAS DE DESTRUIR O ESTADO SOCIAL

A reação contra o Estado Social foi iniciada antes mesmo que a Constituição de 1988 saísse da gráfica do Congresso. É emblemático que o então presidente José Sarney, antigo prócer da ditadura, tenha convocado cadeia de rádio e televisão para alertar que o país tornar-se-ia "ingovernável", caso a Assembleia Nacional Constituinte aprovasse o capítulo da Ordem Social.

A reação aprofundou-se nos anos de 1990, quando se formou no Brasil uma opinião favorável às reformas propugnadas pelo Consenso de Washington (FIORI, 1993). O primeiro momento da contrarreforma compreende o curto governo Collor, quando seria desfechado o golpe final na Carta de 1988, pois a própria Constituição previa a revisão em 1993 por maioria simples dos votos. Mas essa revisão acabou não ocorrendo por conta do impeachment, e os planos da elite tiveram de ser postergados.

O segundo momento prosseguiu entre 1993 e 1994. Sem condições de retomar a revisão constitucional, o governo Itamar impôs novas contramarchas na fase preparatória ao Plano Real, com destaque para a implantação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que captura para o Tesouro Nacional 20% dos recursos constitucionais vinculados às políticas sociais.

O terceiro momento compreende os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O ajuste macroeconômico e a reforma liberal do Estado exigiam que a "Ordem Social" fosse eliminada da Constituição. As idéias que procuravam impor a focalização como a única política social possível para o Brasil ganham maior vigor a partir do acordo com o FMI (1998).

O quarto momento, compreende o primeiro mandato de Lula (2003-2006). Com a "Carta aos Brasileiros", o mercado, que apostava contra o Brasil, impôs a continuidade da ortodoxia liberal. O comando da economia foi entregue a economistas ortodoxos - como,

A reação aprofundou-se nos anos de 1990, quando se formou no Brasil uma opinião favorável às reformas propugnadas pelo Consenso de Washington



por exemplo, Joaquim Levy (Secretário do Tesouro). O Ministério da Fazenda recuperou a chamada "Agenda Perdida" (IETS, 2002), recusada pelo candidato Ciro Gomes (eleições de 2002) por ser "excessivamente neoliberal".

Em 2005, o governo pretendia implantar o "Programa do déficit nominal zero", que previa a obtenção do superávit nominal de 7% do PIB por um período de dez anos; redução da meta de inflação; independência formal do Banco Central; e ampliação na DRU, de 20% para 40%. Assim como hoje, o "sucesso" do plano dependia do severo corte do gasto social. Todavia, o programa foi trucidado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que o considerou "rudimentar", pois não atacava a questão central dos juros. Sem isso, o governo estaria "enxugando gelo", afirmou.

#### BREVE TRÉGUA

Impulsionado pelo comércio internacional favorável e pela gestão econômica relativamente menos ortodoxa, após 25 anos a economia voltou a crescer. Os desdobramentos da crise financeira internacional e os erros domésticos cometidos no primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para a desaceleração da economia. Mesmo assim, entre 2007 e 2013, houve melhora nos indicadores macroeconômicos e sociais, fruto do crescimento e de seus impactos na geração de emprego, na elevação renda do trabalho, no crescimento do gasto social e na ampliação da renda das famílias. Esses fatos obrigaram a uma curta trégua, na ofensiva liberal.

#### GOLPE DERRADEIRO

A vitória eleitoral do PT em 2014 poderia alijar a oposição do poder por mais 12 anos. Diante do fato, foi desenvolvida ampla campanha difamatória, protagonizada pela grande imprensa. Tiveram êxito em canalizar para o âmbito federal a insatisfação popular de junho de 2013, inicialmente, contra o aumento das tarifas de ônibus. Em 2014 foi a vez do

A ruptura democrática é nova oportunidade para radicalizar a agenda ultraliberal. Esse propósito, vem sendo tentado há mais de quatro décadas. As reformas na área social têm por objetivo implantar o Estado Mínimo liberal. Entre 2016 e 2018, todas as pontes para o desenvolvimento poderão ser destruídas. Estamos assistindo ao impeachment do processo civilizatório.

"terrorismo" econômico que denunciava a "quebra" do país em função do déficit primário (0,6% do PIB) – de fato, uma piada macabra, em relação ao cenário internacional.

Com a derrota eleitoral, repetindo 1950 a senha passou a ser "se tomar posse, não governa" (replicado no twitter de um prócer da oposição). Nesse cenário, a presidente reeleita cometeu haraquiri político, ao ceder às pressões do mercado, adotar o projeto derrotado nas urnas e colocar na Fazenda um dos porta-vozes do "terrorismo". O atual funcionário do FMI fez seu serviço, colocando o país, que não estava em crise severa, numa grave recessão.

A recessão teve serventia para realimentar a crise política, insuflar as ações antidemocráticas, rebaixar os custos trabalhistas, liquidar o legado social petista, criminalizar quaisquer políticas distributivas (declaradas "populistas" e, portanto, "irresponsáveis") e, por consequência, todos os partidos políticos e movimentos de esquerda. Ela também foi

útil para o segundo resgate da "Agenda Perdida", agora denominada "Ponte para o Futuro", e para a implantação do Estado Mínimo liberal, pois "não há alternativa" a não ser o severo corte de gastos sociais "obrigatórios", pela revisão do "contrato social da redemocratização".

O Estado Social de 1988 será finalmente sepultado pela ampliação da DRU, de 20% para 30% (já aprovada pelo Congresso), com o fim da vinculação de recursos para educação e saúde e, sobretudo, com a PEC 241/16, que congela gastos públicos por 20 anos. A pauta também impõe graves retrocessos na Previdência Social e, no caso dos direitos trabalhistas, um retorno para o início do século XX.

#### NOTA FINAL

A ruptura democrática é nova oportunidade para radicalizar a agenda ultraliberal. Esse propósito, derrotado nas últimas quatro eleições, vem sendo tentado há mais de quatro décadas. As reformas na área social têm por objetivo implantar o Estado Mínimo liberal. Entre 2016 e 2018, todas as pontes para o desenvolvimento poderão ser destruídas. Estamos assistindo ao impeachment do processo civilizatório. Mais uma vez, fica cristalina-mente claro que a democracia e a cidadania social são corpos estranhos ao capitalismo brasileiro.

#### Bibliografia

- FAGNANI, E. (2005). Política social no Brasil (1964/2002): entre a cidadania e a caridade". Tese de doutorado; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.  
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000364931>
- IETS (2002). A Agenda Perdida: diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social. IETS: Rio de Janeiro.
- MARSHALL, T.H. (1967). Política Social, São Paulo: Zahar Ed..

**Eduardo Fagnani é professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit/IE-Unicamp) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento ([www.plataformapoliticasocial.com](http://www.plataformapoliticasocial.com)).**

# A QUADRA TEMERÁRIA

## Chico Alencar

O governo de Michel Temer, desde sua interinidade, é uma permanente coalizão patriarcal de investigados, privatistas, fisiológicos e reacionários.

Sucedo ao governo Dilma II, com quem Temer foi eleito em 2014. Governo que, a rigor, sequer começou, não indo além de tentativas “levianas” (de Joaquim Levy) de implementar um programa de “ajuste” neoliberal não chancelado pelas urnas. Só às vésperas do início do processo de impeachment, premida pelas circunstâncias adversas, Dilma dialogou com os movimentos sociais, demarcou terras indígenas e mostrou-se mais sensível às demandas dos mais pobres. Pelo visto, não adiantou: era tarde demais. Seus então aliados já conspiravam. Apoiados em um bloco do poder econômico, político e midiático, destituíram a presidente, que já não lhes era funcional.

Mais do que a derrubada parlamentar da presidente, sob o manto constitucional do impeachment, o golpe está sendo aplicado através da introdução de políticas jamais aprovadas pelas urnas. Em todas as áreas! Procedeu-se a um real desmantelamento dos nichos de políticas públicas progressistas que existiam em diversos setores, hoje sob o manto do obscurantismo e dos interesses do Deus-Mercado.



REBECCAS KUZDOROVA/ABR

**Só às vésperas do início do processo de impeachment, Dilma dialogou com os movimentos sociais, demarcou terras indígenas e mostrou-se mais sensível às demandas dos mais pobres. Pelo visto, não adiantou: era tarde demais.**

## O RETORNO DE QUEM NUNCA ESTEVE FORA (MAIS DO MESMO, BEM PIORADO)

Reconheçamos: a equipe de Michel Miguel Elias Temer Lulia (sim, é esse o nome completo do homem!) tem vários personagens que serviram a Dilma ou foram, como parlamentares, de sua base de apoio. Nesse aspecto, o governo atual tem algo de continuidade, só que piorada. A direita que já estava no aparelho de Estado passou a ter clara e retrógrada hegemonia.

O episódio de constituição da nova direção de Furnas Centrais Elétricas é revelador. O ex-senador Delcídio do Amaral, preso quando era líder do governo Dilma, foi taxativo em suas declarações: “Dilma teve praticamente que fazer uma intervenção na empresa para cessar as práticas ilícitas, pois existiam muitas notícias de negócios suspeitos e ilegalidades” (...) “Esta mudança na diretoria de Furnas foi o início do enfrentamento de Dilma com Eduardo Cunha”. O senador petista (ex-tucano) cassado também relacionou o senador Aécio Neves a obscuridades desenvolvidas na estatal durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O Supremo Tribunal Federal (STF) instaurou inquérito para investigar o caso.

No início de julho, Temer entregou à bancada do PMDB na Câmara o comando de Furnas. “Vou devolver a estatal a eles. Furnas pode ser mais expressiva politicamente do que o

Turismo. Tem Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Itaipu...”, afirmou, sem disfarces, o interino ao jornal “O Estado de São Paulo”. No dialeto de Brasília, “expressiva politicamente” quer dizer outra coisa - explica o colunista Bernardo Mello Franco, na “Folha de São Paulo” de 17/7/2016.

Romero Jucá, que foi por breve tempo o todo-poderoso ministro do Planejamento de Temer, segue articulando à vontade pelo governo. Não se faz de rogado, apesar da explosiva conversa com Sérgio Machado, que lhe valeu o cargo. Sobre a Lava-Jato, disse Sua Excelência: “A Lava-Jato é importante, precisa ser investigada, mas tem que delimitá-la. (...) Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria”. Esgotado o arsenal de denúncias contra o PT (que fez por merecer), esta “operação-abafa” visaria blindar todos os figurões dos grandes partidos da política nacional.

Outro a dar suas “pixotadas”, mal começa a gestão temerária, Alexandre de Moraes, egresso da gestão Alckmin em São Paulo e de um escritório de advocacia que já defendera Eduardo Cunha, foi nomeado ministro da Justiça e Cidadania. Sobre o acesso a direitos, o novo “capitão da cidadania” - que acredita ser “segurança mais importante que educação” - saiu-se com essa: “Nenhum direito é absoluto. O país precisa funcionar”. Moraes propôs, ainda, que o governo federal não nomeie obrigatoriamente, para a chefia da Procuradoria-Geral da República, o mais votado em uma lista tríplice por integrantes da carreira: “O que garante a autonomia do Ministério Público, e isso foi muito discutido na Constituinte, não é só a forma de escolha - até 1988, o presidente poderia indicar alguém de fora da carreira do MP para o cargo - mas a forma de destituição do procurador-geral. Ele tem hoje um mandato de dois anos. E só pode ser afastado se o presidente da República pedir e o Senado aprovar por maioria absoluta.”

Ricardo Barros, parlamentar do PP paranaense, ex-apoiador de Dilma, é um ministro da Saúde que se notabiliza pelo despreço

**Ricardo Barros,  
parlamentar do PP  
paranaense, ex-  
apoiador de Dilma, é  
um ministro da Saúde  
que se notabiliza pelo  
despreço ao... Sistema  
Único de Saúde. Barros  
- que ainda acredita  
que o homem trabalha  
mais que a mulher  
e por isso se cuida  
menos - defendeu que  
o tamanho do SUS seja  
revisto, uma vez que  
o país não conseguirá  
mais sustentar os  
direitos constitucionais.**



ao... Sistema Único de Saúde (SUS). Barros - que ainda acredita que o homem trabalha mais que a mulher e por isso se cuida menos - defendeu que o tamanho do SUS seja revisto, uma vez que o país não conseguirá mais sustentar os direitos constitucionais. “A ANS precisa ser mais ágil na regulação. A judicialização na área dos planos tem obrigado a que eles façam reajustes muito acima da inflação. Cada vez que uma decisão judicial determina incluir um procedimento na cobertura do plano, aumenta o custo e ele tem que repassar para o consumidor. Isso acaba prejudicando todos os usuários, encarecendo o sistema e fazendo com que mais pessoas deixem de ter planos. Quanto mais gente puder ter planos, melhor, porque vai ter atendimento patrocinado por eles mesmos, aliviando o custo do governo para sustentar essa questão.” Detalhe: na sua campanha eleitoral, as doações de empresas de planos de saúde foram muito expressivas.

O ministro-deputado foi além e resolveu pontificar sobre a nossa ordem legal: “O que Sarney falou quando promulgou a Constituição Cidadã? Que o Brasil iria ficar ingovernável. Por quê? Porque só tem direitos lá, não tem deveres. Nós não vamos conseguir sustentar o nível de direitos que a Constituição determina. Em um determinado momento, vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las. Não adianta lutar por direitos que não poderão ser entregues pelo Estado. Temos que chegar ao ponto do equilíbrio entre o que o Estado tem condições de suprir e o que o cidadão tem direito de receber.” Já para os grandes bancos e para os rentistas, nada falta...

Geddel Vieira Lima, secretário de Governo, outro que atuou no governo petista com importante diretoria da Caixa Econômica Federal, faz o papel de “brucutu”, com suas tiradas grosseiras. Também historicamente questionado por sua conduta ética (ficou célebre sua

contenda contra ACM, que denunciara seu suposto enriquecimento ilícito), disse que “não temia a Lava-Jato, pois sabia o que fez no verão passado”. Provocado em rede social sobre se lembrava do que fizera “no inverno, outono e primavera passados e que fora solidário com Eduardo Cunha”, o ministro foi curto e grosso: “Não, me aquecia na casa da sua mãe!”.

Na Educação, o ministro Mendonça Filho, do DEM, não conhece a obra de seu conterrâneo Paulo Freire (“sou formado em administração de empresas”), mas recebeu, nos primeiros dias de sua gestão, o polêmico ator Alexandre Frota. Ao menos não embarcou, até aqui, na estúpida proposta da tal “Escola Sem Partido” (leia-se: sem reflexão crítica): “Tive professores marxistas, mas nem por isso deixei de me tornar um liberal convicto”, disse.

Já o “neutro” (no sentido de “apartidário”) ministro da Cultura, Márcio Calero, aficionado da “cultura” de selfies autoelogiativos, se arvora a “desapareilhar a pasta” e demitir dezenas de comissionados qualificados. Muitas exonerações vingativas aconteceram no mesmo dia em que seu chefe, Michel Temer, entregava diretorias de diversos órgãos – como Conab e Susep – a indicados por deputados fisiológicos do Centrão. É a velhíssima e carcomida prática política.

#### **O CARRO-CHEFE DA ECONOMIA (E SEUS INEVITÁVEIS ATROPELAMENTOS)**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (convém lembrar que ele sempre foi o sonho de consumo de Lula), é o homem dos bancos, do capital financeiro. Gerente bem sucedido da banca privada. Economia, setor que Temer diz priorizar, é muito mais que isso! Sobre tributos, é enganoso: “A meta é diminuir o nível de tributação da sociedade. Dito isso, a prioridade hoje é diminuir a dívida pública. Mas se houver necessidade de um tributo, ele será aplicado”. Depois de quase um ano de polêmica sobre a recriação da CPMF, em uma das

primeiras falas disse que pode implantar ... a CPMF! Falta a afirmação fundamental sobre uma reforma tributária progressiva, que taxe os grandes ganhos do capital financeiro, as fortunas e heranças, e sobre a superação dos fundamentos movediços de uma economia liberal-periférica como a nossa. Mas sobra autoestima: “Eu, felizmente ou infelizmente, tenho uma história de poucos erros.”

Na linha neoliberal pura e dura, o governo temerário não poupa iniciativas. Destacamos a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, já aprovada na Comissão de Cons-

**O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles é o homem dos bancos, do capital financeiro. Gerente bem sucedido da banca privada. Economia, setor que Temer diz priorizar, é muito mais que isso! Sobre tributos, é enganoso: “A meta é diminuir o nível de tributação da sociedade. Dito isso, a prioridade hoje é diminuir a dívida pública. Mas se houver necessidade de um tributo, ele será aplicado”.**

tuição de Justiça (CCJ) por 33 votos contra 18, que limita o gasto primário (ou seja, os gastos sociais) ao realizado no ano anterior, mais a inflação, pelos próximos 20 anos. Isso representa um retrocesso histórico e elimina os pisos de recursos para saúde e educação, além de significar pesados cortes de gastos sociais e graves perdas de direitos para os servidores públicos. Economistas calculam que os percentuais do PIB para educação, em uma década, serão reduzidos dos quase 6% atuais para 3%. E os 4% da saúde cairão a 1,5%. Tragédia!

Já os dispêndios com a questionável dívida pública estão, como sempre, fora do limite. Isto significa que qualquer aumento real de arrecadação nos próximos 20 anos será destinado automaticamente para o pagamento da dívida pública. A PEC se encontra no momento sob apreciação da CCJ, mas seu conteúdo básico já foi incluído no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 pela base do governo Temer, na Comissão Mista de Orçamento, restando ainda a votação pelo Plenário do Congresso. A ideia geral da PEC foi incluída no PLO 257/2016 (de autoria do governo Dilma), para ser aplicada também no âmbito dos estados.

A Medida Provisória (MP) 739/2016 cria gratificação para peritos reverem benefícios de auxílio-doença. Isso significa que será dada prioridade para a revisão de benefícios, enquanto a concessão de novos permanecerá reprimida, com os pacientes esperando por meses para a consulta. Desta forma, há uma orientação deliberada para a perda de direitos. A MP se encontra em apreciação por comissão mista do Congresso Nacional.

A MP 727/2016 cria o “Programa de Parcerias de Investimentos – PPI”, que visa ampliar as atuais “parcerias público-privadas”, inclusive no âmbito de estados e municípios, nas áreas de infraestrutura, empresas públicas e serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização, além de bens móveis e imóveis da União.

Desta forma, o povo “paga o pato”, na for-

ma de tarifas de pedágio (cuja arrecadação não tem qualquer transparência), ou pagamento por diversos serviços que poderiam ser gratuitos, além da precarização dos empregos públicos (contratações pela CLT, por exemplo). A MP também está em apreciação por comissão mista do Congresso Nacional.

A PEC 87/2015 foi enviada pelo governo Dilma, propondo a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023, e aumentando de 20% para 30% o percentual que pode ser retirado de áreas sociais como saúde, assistência e previdência. Tal percentual pode ser destinado para onde o governo quiser, inclusive o pagamento da dívida pública. Em sua tramitação na Câmara, a base do governo Temer aprovou a proposta e ainda incluiu nela a DRE e DRM, ou seja, a extensão da DRU para estados e municípios. Agora, a PEC se encontra no Senado.

O PL 4567/2016, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), hoje ministro das Relações Exteriores – sob o qual pesa a acusação de ter recebido R\$ 23 milhões de empreiteiras –, caminha no sentido de aprofundar a privatização da exploração do petróleo no pré-sal. Foi aprovado pela base do governo Temer em comissão especial da Câmara dia 7/7/2016 e se encontra pronto para votação no plenário da Câmara.

As propaladas reformas da Previdência e trabalhista, embora ainda não tenham sido enviadas ao Congresso, por temor dos seus efeitos eleitorais negativos, abrigam indícios claros de que, ao serem encaminhadas, conterão graves perdas de direitos dos trabalhadores e aposentados. Não será redução de privilégios de “marajás”, mas ataques aos “barnabés”, como de costume na nossa má tradição estatal aristocrática.

#### **EPÍLOGO (DO ARTIGO E, SE QUISER, DO GOVERNO)**

Vários outros “cartões de visita” revelam o caráter do governo Michel Temer, e são um

**Vários outros “cartões de visita” revelam o caráter do governo Michel Temer. Um dos mais evidentes foi a retirada das urgências de PLs contra a corrupção, que afetavam aumento patrimonial ilícitos de servidores públicos, caixa dois praticado por partidos políticos, e tornavam indisponíveis bens adquiridos de forma suspeita. A “desculpa” foi a de que essas urgências atrapalhavam a apreciação de medidas econômicas.**

pré-atestado de morte. Um dos mais evidentes foi a retirada das urgências de projetos de lei contra a corrupção, que afetavam aumento patrimonial ilícitos de servidores públicos, caixa dois praticado por partidos políticos, e tornavam indisponíveis bens adquiridos de forma suspeita. A “desculpa” foi a de que essas urgências, que trancavam a pauta, atrapalhavam a apreciação de medidas econômicas...

As relações de Michel Temer com Eduardo

Cunha também são objeto de tensão permanente. Muita coisa ainda vai aparecer, sobretudo se o ex-parlamentar fluminense resolver contar o que sabe. Ex-presidentes da Câmara e ex-deputados, correligionários peemedebistas, os dois tiveram intensa relação voltadas para as, digamos assim, “finanças partidárias”. O presidente do grupo Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, esteve em reuniões com o então vice Temer, promovidas por Cunha. Estas reuniões foram ocultadas nas agendas dos políticos. A assessoria de Temer confirma uma, realizada a três meses das eleições de 2014, não colocada na agenda oficial do vice “por razões técnicas” (?!). Esses encontros, estranhamente, também fugiram da memória de Eduardo Cunha. A delação premiada da Odebrecht, em fase conclusiva de aceitação, vai colocar o próprio Temer em apuros se for objeto de séria apuração.

O governo Temer, por fim, representa uma nova (e velhíssima) repactuação das elites, a mesma que deu origem à deteriorada Nova (e velhíssima) República, quando da superação pelo alto da ditadura civil-militar instalada em 1964. O lulismo também aderiu a essa prática de “governabilidade”, tanto que sua coalização de governo incluiu do PT e PCdoB a partidos assumidamente de direita, como PP e PSC, de Maluf, Bolsonaro e Feliciano. Todos esses segmentos estão no governo temerário.

“Pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto”, afirma antigo adágio popular. Nada mais atual.

Nesse quadro de tamanha ilegitimidade, em que a gerência do capitalismo brasileiro revela incapacidade de convivência com garantia de direitos das maiorias e democracia plena, cabe clamar pela soberania popular. Só com eleições gerais, sob novas regras, teremos uma governança de origem democrática. Impõe-se também a luta tenaz contra a precarização de qualquer direito, duramente conquistado, e hoje sob risco.

**Chico Alencar é professor de História, escritor e deputado federal, vice-líder da bancada do PSOL na Câmara dos Deputados.**



ORLANDO SISSIRE / FOTOS PÚBLICAS

# REORGANIZAÇÃO

## CONSERVADORA E FUNDAMENTALISTA QUE ASSOLA O BRASIL

**Fábio Felix**

A longa crise política e econômica pela qual o Brasil vem passando está forçando um rearranjo de poder entre forças sociais - contexto em que é essencial fazer uma análise sobre o aparente crescimento do conservadorismo no país. Nos espaços de representação legislativa, não há dúvidas de que os segmentos ligados às correntes do fundamentalismo religioso e penal têm tido um grande protagonismo na agenda política brasileira. O Congresso Nacional eleito em 2014 foi apontado por diversos analistas como um dos mais conservadores desde a ditadura militar. Enfim, é preciso reconhecer o crescimento de forças políticas reacionárias durante os 13

anos do ciclo petista à frente do governo federal brasileiro.

Esse fenômeno não pode ser explicado de forma rasa e descolado da conjuntura internacional. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff demonstrou - além da ampla indignação com os inúmeros atos de corrupção praticados nas gestões petistas - uma surpreendente capacidade de mobilização de segmentos sociais vinculados à extrema-direita brasileira. Movimentos como Revoltados Online ou Movimento Brasil Livre foram protagonistas na convocação dos atos pró-impeachment, que contaram inicialmente com um pálido colaboracionismo dos partidos de centro-direita.

Não há como negar, portanto, o surgimento

dessas novas referências políticas conservadoras e fundamentalistas, que infelizmente contam com larga influência de massas. O impeachment acabou sendo um laboratório para esses novos atores políticos, mas a agenda legislativa brasileira, liderada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já dava indícios muito evidentes da hegemonia conservadora no âmbito no parlamento.

O fortalecimento deste campo ideológico não ocorre de forma isolada no Brasil. Pelo contrário, existem elementos muito fortes de uma conexão internacional desse processo. Em artigo sobre a extrema-direita escrito em 2015, o professor Michael Löwy apontava a existência de uma ascensão conservadora na Europa impulsionada por ideologias oriundas

de diferentes raízes. Para Löwy, as principais fontes deste movimento eram: (a) o ressurgimento do nazismo orgânico; (b) um novo modelo difuso de nazismo/fascismo; e (c) o fortalecimento de grupos com forte conotação racista e xenófoba, mas sem vínculo aparente com as ideologias de ultradireita do século XX. Em sua análise, o crescimento se mostra ainda mais assustador do que em 1930, por não haver nações adeptas de ideologias de extrema-direita com liderança global.

Uma das explicações para esse fenômeno é a falência dos projetos de poder dos partidos socialistas ou socialdemocratas europeus, que não conseguiram os resultados prometidos de enfrentamento às desigualdades sociais e “esqueceram” tantas outras promessas econômicas e políticas de sua agenda original, por terem em algum momento optado pela conciliação com a agenda do capitalismo e os grupos sociais que o sustentam. O papel conciliador, ou seja, de construção de uma suposta paz mediada entre os campos que paradoxalmente estruturam o capitalismo não foi capaz de entregar o que prometia para nenhum dos lados.

Com isso, o posicionamento da burguesia europeia toma outro rumo e o financiamento aos grupos e partidos de extrema-direita começa a acontecer de forma organizada pelos setores do grande capital: rentistas, multinacionais e banqueiros. O que significa um comprometimento militante das elites internacionais em torno de um projeto de acumulação, nem que isso signifique abrir mão de princípios democráticos e de maior liberdade nos costumes.

O envolvimento organizado de segmentos religiosos também tem grande importância. No caso da Europa, diferentemente do Brasil, Löwy enxerga na direita católica o maior protagonismo político neste processo. Os dados são alarmantes. Em 2014, a extrema-direita alcançou entre 25% e 30% nas eleições de Reino Unido, Dinamarca e França e, assim como no Brasil, tem conseguido influenciar fortemente a centro-direita e

o professor Michael Löwy apontava a existência de uma ascensão conservadora na Europa impulsionada por ideologias oriundas de diferentes raízes. Para Löwy, as principais fontes deste movimento eram: o ressurgimento do nazismo orgânico, um novo modelo difuso de nazismo/fascismo, e o fortalecimento de grupos com forte conotação racista e xenófoba, mas sem vínculo aparente com as ideologias de ultradireita do século XX. Em sua análise, o crescimento se mostra ainda mais assustador do que em 1930, por não haver nações adeptas de ideologias de extrema-direita com liderança global.

outros campos ideológicos mais moderados. Vale aqui uma provocação de que o suposto clima de insegurança social e a islamofobia têm atraído para os discursos da extrema-direita, inclusive parte dos setores progressistas ou de esquerda.

Nos Estados Unidos não é difícil perceber que a ultradireita do Partido Republicano tem crescido substancialmente no último período. A vitória em eleições majoritárias, a ocupação de cargos estratégicos no Senado e agora a indicação majoritária de Donald Trump como candidato à Presidência do país são demonstrações disso. Na luta para alcançar a nomeação, Trump não fez questão de disfarçar que seu programa vai contra os interesses de latinos, mulheres e negros, além de abusar das referências discriminatórias em seus discursos.

No caso do Brasil, o metabolismo reorganizativo da extrema-direita guarda algumas peculiaridades. Aqui o papel protagonista do fundamentalismo religioso é dos setores

dirigentes das igrejas neopentecostais, que tomaram a direção de diversos partidos políticos e adquiriram meios de comunicação próprios, o que sinaliza quais rumos esse processo pode tomar. Essas lideranças políticas evangélicas desenvolveram uma agenda político-ideológica e escolheram como seus maiores inimigos os LGBTs e os movimentos feministas.

O fundamentalismo religioso brasileiro construiu uma forte agenda conectada com as proposições do conservadorismo internacional, como o enfrentamento do que denominam “ideologia de gênero” como uma das principais pautas. O ataque sistemático ao Estado laico, a “satanização” das posições ideológicas de esquerda e a tentativa de limitar a compreensão de família são suas principais proposições. Infelizmente, uma das táticas utilizadas tem sido a difusão de informações e dados falsos. Uma das maiores vítimas deste processo é o deputado federal Jean Wyllys do PSOL/RJ, que sofre diversos ataques calunio-

Não é possível esquecer a responsabilidade do modelo de coalizão e governabilidade liderado por Lula e o PT na consolidação da extrema-direita. Esses segmentos parasitaram os primeiros oito anos do mandato do governo federal, participando da base de apoio e compondo o Ministério em cargos estratégicos. As alianças estabelecidas com quase todos os partidos tradicionais da política brasileira contribuíram significativamente para a rearticulação do campo político de extrema-direita no Brasil.

nos nas redes sociais.

No conservadorismo brasileiro há também uma forte integração do segmento religioso com os representantes do fundamentalismo penal. A conhecida "bancada da bala" conta com representações da extrema-direita da segurança pública e apresenta proposições que potencializam a hipermilitarização das polícias, relativizam as denúncias de violações de direitos, tentam expandir o armamento na população, defendem uma reforma drástica no Código Penal para aumentar punições e, por fim, escolheram como sua principal agenda a redução da idade penal.

O forte fisiologismo presente no modelo político brasileiro também contribui para o fortalecimento desses setores. Mesmo no atual contexto de impeachment, ainda é comum em diversos âmbitos a aliança dos partidos de centro-esquerda com os principais partidos representantes do fundamentalismo religioso ou penal. Na mesma coligação é possível eleger um representante defensor de direitos humanos ou um pastor fundamentalista. É bom lembrar que até 2010, o vice-presidente da República era José Alencar, do PR (um partido fortemente vinculado aos interesses

políticos da Igreja Universal). E em 2013, o PT fez um acordo na divisão das comissões temáticas da Câmara dos Deputados que deu ao pastor Marco Feliciano, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da casa.

Portanto, não é possível esquecer a responsabilidade do modelo de coalizão e governabilidade liderado por Lula e o PT na consolidação da extrema-direita. Esses segmentos parasitaram os primeiros oito anos do mandato do governo federal, participando da base de apoio e compondo o Ministério em cargos estratégicos. As alianças estabelecidas com quase todos os partidos tradicionais da política brasileira contribuíram significativamente para a rearticulação do campo político de extrema-direita no Brasil.

Löwy aponta, contudo, que diferentemente do caso europeu, a extrema-direita brasileira tem uma ligação menor com as ideologias fascistas clássicas e a existência do neofascismo ocorre de forma marginal. Para ele dois pontos são mais significativos na extrema-direita brasileira: a apropriação da luta anticorrupção, com forte apelo de massas, e o saudosismo comemorativo com o militarismo e a ditadura. O retorno das disputas de narrativa

sobre a ditadura militar e o silêncio conivente de antigos perseguidos e torturados políticos é ensurdecedor.

Com isso, a reorganização conservadora no Brasil passa pela difusa luta anticorrupção como bandeira geral, mas esconde atrás disso uma ideologia repressiva, o culto à violência policial, a criminalização dos movimentos sociais (Lei Antiterrorismo, Lei Geral da Copa), combate aos projetos de gênero, enfrentamento aos direitos LGBTs, tentativa de desconstrução da existência de racismo e forte ataque as referências históricas da esquerda.

Esta reflexão deve contribuir para os desafios de reconstrução da esquerda brasileira. A necessidade de superação do projeto petista e a construção de uma nova alternativa progressista no Brasil passam necessariamente pela inauguração de uma nova cultura política de diálogo com a sociedade. Vladimir Safatle, em artigo publicado na revista "Movimento" em 2016, afirma que a hipervalorização do processo afirmativo da extrema-direita e do conservadorismo pode paralisar a capacidade de avaliação das esquerdas, bem como a projeção de alternativas futuras. Para ele, este seria um caminho ruim de incentivo à mobilização.

Para Safatle, a ideia de que estaríamos sendo tomados por uma onda conservadora avassaladora - e de que nossa única tarefa seria enfrentá-la - esconde um pressuposto fundamental: no lugar em que a direita cresce e ganha força, há uma esquerda que fracassou. Dessa forma, é um erro no processo de reorganização da esquerda socialista brasileira mobilizar as pessoas pelo medo. Nosso desafio é enfrentar esse cenário difícil com a construção de um novo projeto político de esquerda que seja crítico, autocrítico e absolutamente coligado com as pessoas.

**\*Fábio Felix é mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e é Secretário-geral do PSOL/DF.**

# SUBMISSAS, SEM DIREITOS E NO LAR

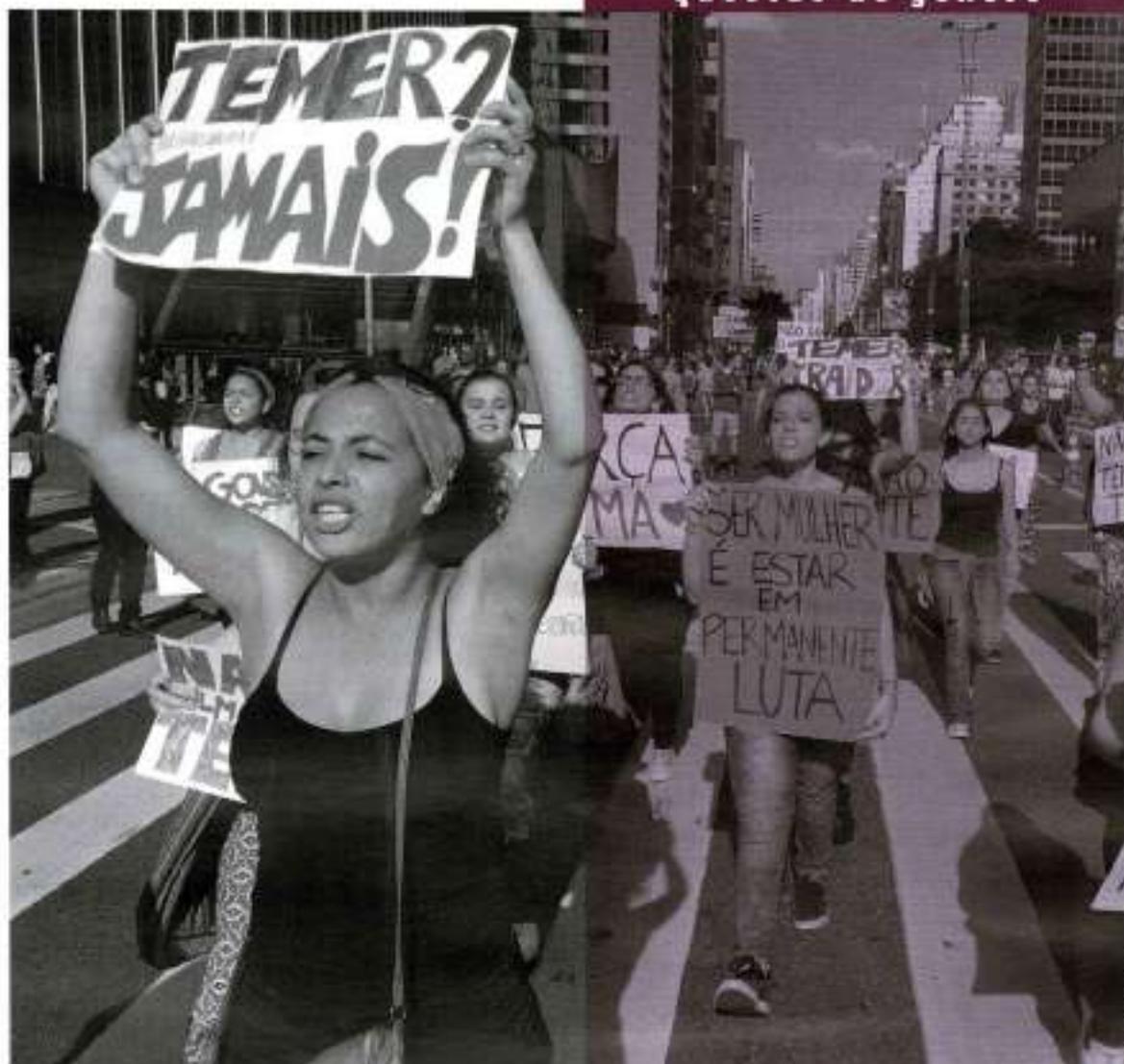
questão de gênero

## As consequências do golpe sobre a vida das trabalhadoras brasileiras

Carolina Peters  
e Raquel Mattos

O golpe em curso no país tem sido qualificado por diversas análises como um golpe patriarcal. As implicações de tal apontamento são muito mais profundas do que o peso simbólico da derrocada da primeira mulher eleita presidenta da República e a extinção das secretarias de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, já escanteadas pelo governo agonizante. Afastada do mandato sob o coró misógino de manifestantes e congressistas, ecoado pela mídia monopolista, o linchamento de Dilma e outras mulheres públicas é uma tentativa de calar as tantas vozes femininas que ocupam o espaço político em defesa de direitos. Apenas uma faceta do movimento do capital brasileiro para retomar seu processo de acumulação através da superexploração dos trabalhos das mulheres.

Nos últimos anos, os movimentos de mulheres se caracterizaram como uma das mais ativas forças políticas na conjuntura brasileira. Junto às centrais sindicais, as feministas travaram uma importante batalha contra o Projeto de Lei 4330, que prevê a flexibilização dos direitos



trabalhistas ampliando a terceirização, regime no qual a maioria das contratadas são mulheres. As Marchas das Margaridas, levando as reivindicações das trabalhadoras do campo, e a Marcha Nacional de Mulheres Negras, que reuniu mais de dez mil pessoas pela luta antirracista em novembro passado, pararam Brasília e confrontaram corpo-a-corpo a violência fascista. O número expressivo de estudantes engajadas na defesa da educação pública, conduzindo ocupações em escolas, é um pequeno expoente do crescente ganho de consciência entre as jovens mulheres de nossa condição de oprimidas.

No enfrentamento ao pior do conservado-

rismo, representado pelo gângster Eduardo Cunha à frente da Câmara dos Deputados e seu PL 5069, projeto em tramitação que visa proibir o atendimento integral e de urgência a mulheres vítimas de estupro e restringir o acesso à contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), floresceu uma primavera de lutas das mulheres, que pretende perdurar apesar da repressão e das tentativas de cooptação pelo mercado.

Como um dos setores mais vulneráveis dentro da sociedade de opressão-exploração, binômio usado pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti para expressar a indissociável relação entre a

opressão machista e apropriação do trabalho reprodutivo feminino pelo sistema de exploração capitalista, o impacto da crise sobre as mulheres é particularmente brutal. Isso é perceptível desde as primeiras notas do ajuste fiscal, as medidas provisórias 664 e 665, ainda sob a batuta de Dilma e seu ministro Joaquim Levy. Entre outras coisas, as medidas restringiam o acesso ao seguro-desemprego num país onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas representam o segundo segmento social com maior taxa de desocupação, atrás da juventude; e alteravam as condições para recebimento da pensão por morte, cuja maioria de beneficiárias é mulher, reduzindo seu valor em até 50%.

A posse ilegítima de Michel Temer e a indicação controversa de seu “machistério”, como ficou conhecido o gabinete devido à ausência de indicações de mulheres para o cargo de ministras, coisa que não ocorria desde a ditadura civil-militar, são a lufada de naftalina que empolga a elite ainda desgostosa com as conquistas populares da Constituição de 88 e os avanços sociais dos últimos anos, como a Emenda Constitucional nº 72, que assegura direitos às trabalhadoras domésticas, promulgada em abril de 2013.

Das páginas de um semanário conservador, emerge a antagonista idealizada das mulheres que assumem o espaço público e protagonizam a ação política: a moça “bela, recatada e do lar”, impressa à imagem da primeira-dama interina. Ao rés-do-chão, para as mulheres que vivem do trabalho, não existe a opção de sermos belas, recatadas e do lar. Diante da crise econômica, as alternativas oferecidas a nós pelo capital são a terceirização, a flexibilização de direitos trabalhistas, a saída do mercado formal e a superexploração do trabalho doméstico.

Um dos fatores da desvalorização e do de-

sinteresse pelo trabalho doméstico é o fato de não ser uma atividade produtiva; não produzir mercadoria para ser trocada, não produzir lucro. Ocorre, no entanto, que essa atividade que consiste na criação e na socialização de crianças, na manutenção de casas e de pessoas (da infância até a velhice) é fundamental para a produção de algo imprescindível para a reprodução do sistema capitalista: a força de trabalho. De forma indireta, mesmo o trabalho doméstico não remunerado produz mais-valia.

O trabalho doméstico remunerado constitui uma das principais ocupações para as mulheres brasileiras. Segundo dados divulgados em 2013 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2011, das 6,6 milhões de pessoas ocupadas no serviço doméstico no país 6,1 milhões eram mulheres, ou seja, 92,6%. Por outro prisma, examinando a importância do trabalho doméstico remunerado para o conjunto das brasileiras, ele é responsável por ocupar 14,7% das mulheres,

## **A posse ilegítima de Michel Temer e a indicação controversa de seu “machistério”, como ficou conhecido o gabinete com ausência de indicações de mulheres para o cargo de ministras são a lufada de naftalina que empolga a elite ainda desgostosa com as conquistas populares da Constituição de 88 e os avanços sociais dos últimos anos.**

sendo, portanto, a terceira principal atividade econômica exercida por elas – ficando atrás somente das atividades relativas a educação, saúde e serviços sociais, que correspondem a 17,6% da ocupação feminina, e às atividades

ligadas ao comércio (17,4%), como mostra o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), produzido pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2015.

Além de ser uma ocupação marcadamente feminina, o trabalho doméstico é uma atividade marcada pela presença maciça de mulheres negras e de baixa escolaridade. Quase metade das mulheres inseridas nele (48,9% em 2011, de acordo com o Dieese) tem apenas o ensino fundamental incompleto ou nenhuma escolarização. Das demais, 23,1% cursaram o ensino fundamental completo ou médio incompleto. O mesmo Raseam publicado em 2015 indica que, em 2012, 63,4% dessas trabalhadoras eram negras.

Na obra “Emprego doméstico e capitalismo”, de 1978, um dos primeiros estudos sobre a questão, Saffioti aponta que em períodos de expansão do capitalismo a força de trabalho tende a migrar para atividades capitalistas, ao

passo que, em momentos de retração, essa força se desloca novamente para atividades não-capitalistas, como o trabalho doméstico. Assim, as empregadas domésticas preenchem uma das funções do exército industrial de reserva, à mercê das oscilações do mercado. Em um cenário de retração, o percentual de mulheres empregadas doméstica que seguiu uma tendência de queda nos últimos anos deve voltar a crescer.

Mesmo que o direito a anotação do vínculo empregatício na carteira de trabalho seja previsto desde 1972, no primeiro trimestre de 2015, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Continua), apenas 32,3% dos trabalhadores domésticos tinham carteira assinada. Em outros setores privados, o número chegou a 78,2%. Apesar da importante conquista legal, a formalização do emprego doméstico e a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários seguem sendo questionados pelos representantes pa-

tronais na mídia e no Congresso e estão longe de se consolidar e assegurar condições dignas de vida a este enorme contingente de mulheres.

Mas é sobre a exploração do trabalho doméstico invisível e não remunerado das mulheres que se concentra a agenda de ajustes conduzida pelo governo golpista e seus apoiadores: flexibilização dos regimes de contrato, fora da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); aumento exponencial da jornada de trabalho para até incríveis 80h semanais, advogada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI); e a iminência de mais uma contrarreforma da Previdência.

Ao contrário do que externou o incauto ministro da Saúde do governo ilegítimo, as mulheres brasileiras trabalham no total cinco horas a mais que os homens por semana. Da porta para dentro, são dez horas semanais dispendidas por eles com as tarefas da casa, enquanto o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres soma, em média, 21 horas, mais do que o dobro. Desigualdade que se reflete no acesso a direitos e na renda.

Entre 2000 e 2010, o grau de formalização entre as trabalhadoras cresceu cerca de 30% menos que entre os homens. Em certa medida, a informalidade é a única alternativa que se apresenta para muitas mulheres conciliarem o trabalho doméstico que lhes é historicamente atribuído a uma atividade assalariada. Em levantamento do IBGE de 2013, seus salários representam aproximadamente 65% dos salários masculinos no mercado informal, e 75% no mercado formal. Em comparação ao rendimento médio de um homem branco, no mesmo período, uma mulher negra recebia na casa de 30% do valor.

A distinção de tempos de trabalho para a aposentadoria de homens e mulheres provém do reconhecimento da dupla jornada de trabalho das brasileiras pelo Estado. Os cinco anos "a menos" não são mais uma compensação simbólica dessa disparidade profunda. A proposta levantada inicialmente pelo governo golpista de igualar os tempos de aposentadoria para homens e mulheres encontrou resistência mesmo do lado de lá e foi reduzida para três anos, o que ainda é um enorme retrocesso.

A pauta conservadora que busca reenquadrar a família heteronormativa, controlar os corpos e as subjetividades e minar as políticas públicas de atendimento às vítimas e de prevenção à violência contra a mulher, disseminada entre todas as camadas da sociedade, mas letal sobretudo às jovens mulheres negras e periféricas (a face feminina do extermínio da juventude negra e periférica) é a mesma que permite avançar contra direitos de toda a classe trabalhadora,



**A proposta levantada inicialmente pelo governo golpista de igualar os tempos de aposentadoria para homens e mulheres encontrou resistência mesmo do lado de lá e foi reduzida para três anos, o que ainda é um enorme retrocesso.**

com desdobramentos particulares sobre as mulheres que vivem do trabalho.

Combinar a resistência ao ajuste e ao obscurantismo, fortalecendo o enfrentamento à Presidência ilegítima de Temer, é uma tarefa imediata e unitária de toda a classe trabalhadora, com seus dois sexos, lembrando a grande Elisabeth Souza Lobo.

**Carolina Peters é membro do Diretório Nacional do PSol e integra o Conselho Curador da Fundação Lauro Campos.**

**Raquel Mattos é advogada e membro da coordenação da Setorial Nacional de Mulheres do PSOL**

# A POLÍTICA ESTÁ



## Flávio Campos

Como uma propaganda de automóveis apre-goava no início de 2013, a rua tornou-se a maior arquibancada do Brasil. Arquibancada ruidosa e rebelde, diversa da monótona e apática torcida brasileira que ocupou os seletivos e excludentes espaços nas novas arenas esportivas nos megaeventos futebolísticos de 2013 e 2014.

Com faixas de protesto, passeatas em avenidas, queimas de pneus, enfrentamentos com policiais e depredações a agências bancárias, a barreira da conciliação de classes foi rompida violentamente por diversos movimentos sociais, muitos deles vinculados à Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa), empunhando bandeiras históricas que haviam sido abandonadas em nome da governabilidade e do presidencialismo de coalizão.

Tais ingredientes apimentaram de política o tempero que se pretendia mais palatável e exitoso da agenda esportiva brasileira que se iniciara com os Jogos Pan-Americanos de 2007 e deverá se concluir com os Jogos Olímpicos e a Paralimpíada, ambos de 2016, e todos no Rio de Janeiro. Tal agenda, por sua vez, havia sido viabilizada pelo governo federal e o seu amplo consórcio político, financiada pelo BNDES e pavimentada pelas empreiteiras nacionais.

Hoje, as fotos de autoridades e celebridades emocionadas em Copenhague, em 2 de outubro de 2009, podem parecer miragens. Chorando e pulando de alegria, lá estavam Lula, Sérgio Cabral, Eduardo Paes, Michel Temer, Renan Calheiros, Henrique Meirelles, João Havelange,

Carlos Nuzman, Pelé, Guga, Parreira, Paulo Coelho e muitos outros, integrantes de uma imensa comitiva. Na praia de Copacabana, milhares de brasileiros "com muito orgulho", também estavam emocionados. Há apenas sete anos, Lula "era o cara" e os ventos políticos eram amplamente governistas.

Nos últimos meses a tocha olímpica percorreu o país e, nas frestas da cobertura chapa branca da grande imprensa brasileira, foi possível vislumbrar protestos e manifestações políticas contrárias à realização dos jogos e demandas legítimas das camadas populares. Além, é claro, da significativa ausência de inúmeros atletas

olímpicos substituídos por celebridades, convidados a participar de uma modorrenta maratona da revista "Caras". Às vezes, no chão.

Protestos em competições esportivas não se constituem em especificidades de nossa sociedade, tampouco dos tempos atuais. Desde 1896, a despeito de repetidas advertências e de pronunciamentos de dirigentes olímpicos sobre a necessária e obrigatória separação entre política e esporte, diversas competições foram marcadas por situações inversas.

Sem dúvida, o exemplo dos Jogos do México, em 1968, é talvez o mais reproduzido em imagens, celebrizando os gestos de Tommy Smith e John Carlos, de punhos fechados e erguidos, com luvas pretas, no pódio dos 200 metros rasos, durante a execução do hino dos EUA e o hasteamento das bandeiras. Como é bem conhecido, a alusão aos Panteras Negras e à luta contra o racismo custou-lhes as medalhas olímpicas, mas não foram as únicas tensões políticas daquela competição.

Antes do início dos Jogos, o Comitê Olímpico Internacional havia convidado a África do Sul, revendo a proibição estabelecida a partir dos jogos de 1964, como retaliação ao regime do

# NOS JOGOS

apartheid. Tal iniciativa, contudo, provocou forte reação internacional, que culminaria no cancelamento do convite.

Dez dias antes da abertura, milhares de estudantes mexicanos participaram de uma intensa onda de protestos contra a realização dos jogos, contra a estrutura social do país e contra a invasão de duas universidades por forças militares. Concentrados na Plaza de las Tres Culturas, os manifestantes foram atacados por soldados fortemente armados. Estima-se no mínimo em 300 o número de mortos no episódio que ficou conhecido como "o massacre de Tlatelolco".

Quatro anos antes, em Tóquio, a cerimônia de abertura ofereceu um protesto mais discreto, mas não menos contundente. A pira olímpica foi acesa pelo jovem corredor Yoshinori Sakai, nascido em 6 de agosto de 1945, na localidade de Miyoshi, em Hiroshima, no mesmo dia em que a bomba atômica Little Boy foi lançada pelas forças militares estadunidenses. A emocionante cerimônia de abertura lembrava as atrocidades da Segunda Guerra Mundial no contexto da Guerra do Vietnã.

Momentos mais dramáticos transcorreram em 1972, em Munique, com o ataque do grupo palestino Setembro Negro à Vila Olímpica, matando dois integrantes da delegação de Israel e mantendo outros nove como reféns. Os jogos só foram interrompidos com o desfecho trágico que culminou com a desastrosa operação da polícia alemã. No total, 11 integrantes da delegação israelense, cinco terroristas e um policial foram mortos.

Tensões nacionalistas e boicotes provocados pelas mais variadas motivações verificaram-se ao longo dos 120 anos de Jogos Olímpicos da Era Moderna. Mas, sem dúvida, os jogos de Berlim, em 1936, provocaram os maiores constrangimentos para os defensores da neutralidade política nas competições esportivas.

Uma forte campanha internacional havia defendido o boicote aos jogos nazistas. O movi-

mento mais contundente ocorreu na Espanha, cujo governo chegou a planejar a Olimpíada Popular, prevista para se realizar entre 19 e 26 de julho de 1936. Todavia, os acontecimentos políticos que levaram à eclosão da Guerra Civil Espanhola, em 18 de julho, impediram a realização dos Jogos Populares, cujo cartaz reproduzimos abaixo.



Por decisão pessoal, atletas judeus de vários países boicotaram os jogos nazistas. Nos Estados Unidos, o Congresso Judaico Americano e o Comitê Trabalhista Judaico empreenderam uma forte campanha de boicote, enfraquecida com a decisão do Sindicato dos Atletas Amadores dos Estados Unidos de participar dos Jogos.

Enquanto os protestos se ouviam em diversas partes do mundo, as autoridades nacionais de 32 países e o Comitê Olímpico Internacional concordaram em participar do espetáculo nazista. No caso da Inglaterra, tratava-se da convivência com as recorrentes violações de tratados internacionais e da militarização empreendida pelo governo alemão, que permitiram a anexação da Áustria e dos Sudetos e que desembocaria na invasão da Polônia.

As autoridades esportivas internacionais contentaram-se com as imagens oficiais e não ousaram condenar o regime nazista, em nome da separação entre esporte e política. No seio da nação germânica governada pelos nazistas, como nunca antes, esporte e política estiveram intrinsecamente vinculados.

Ao final dos XI Jogos, o Barão de Coubertin saudava o povo alemão pela realização e anunciava alvissaras para as competições que se desenrolariam no Japão, "nas longínquas margens do Pacífico", em 1940. O barão faleceu em 1937 e foi poupado de acompanhar as competições bélicas que ocorreram no Pacífico e em diversas outras partes do mundo. A guerra, uma vez mais, paralisaria os jogos de 1940 e de 1944.

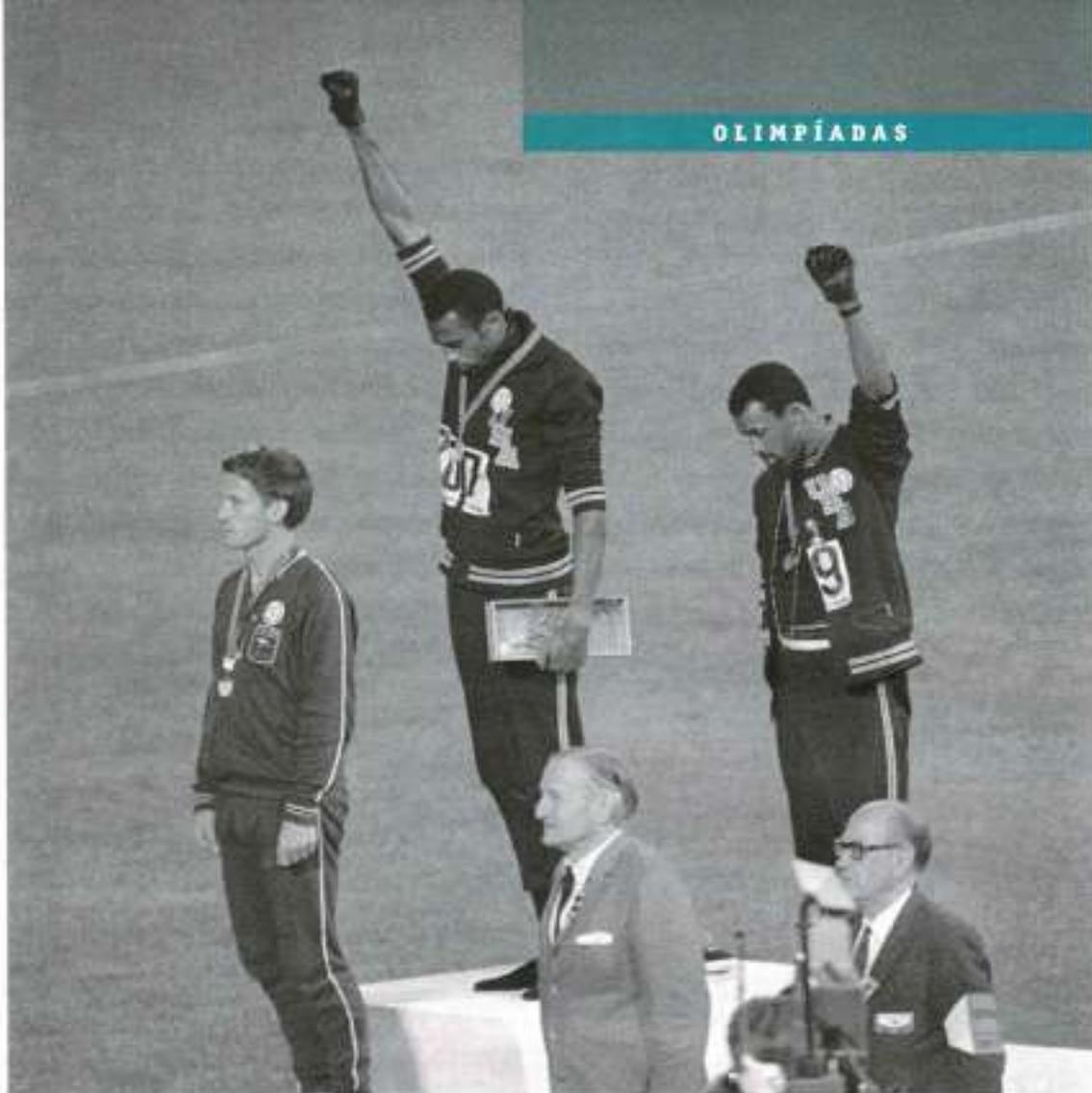
No caso brasileiro, retomando os Jogos Olímpicos de 2016, estabelece-se uma irônica sobreposição temporal, que também escapou ao planejamento de seus organizadores. O período do advento da abertura oficial dos jogos vai coincidir com o desfecho do ciclo de governos petistas no plano federal. A sonhada apoteose olímpico-política parece ter se transformado no pesadelo da emergência das forças reacionárias que desfilaram em parceria com o lulismo desde 2003.

Se tal quadro vier a se confirmar, nas fotos da tribuna das autoridades, possivelmente, estarão registrados Michel Temer, Eduardo Paes, Renan Calheiros e Henrique Meirelles. A maior parte do público estará elegantemente fardada de verde-amarelo. A tocha irá incendiar a pira olímpica, e poderia ser empunhada, nesse momento de glória, por Eduardo Cunha\*. Haveria no gesto, muita coerência.

Independentemente do programa oficial e das celebridades presentes, vale a pena retomar e ressignificar as palavras de ordem das manifestações populares: "Vai ter jogos. Vai ter luta!" e, principalmente, "Fora Temer!".

**Flávio Campos é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenador científico do Ludens (Núcleo de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da USP).**

\*O artigo foi escrito quando Eduardo Cunha era ainda o presidente da Câmara de Deputados. Em 12/09 o deputado foi cassado.



# Um herói esquecido

**Cid Benjamin**

*"Estou com vocês".*

Foram estas as palavras do australiano Peter Norman, quando os medalhistas negros norte-americanos John Carlos e Tommie Smith lhe comunicaram que fariam um protesto contra o racismo pouco antes de subirem os três ao pódio na prova de 200 metros, nas Olimpíadas de 1968, no México. Norman tinha conquistado a medalha de prata, enquanto Smith bateu o record mundial, conquistando o ouro, e Carlos foi medalha de bronze.

Os dois americanos não tinham ideia sobre como Norman reagiria ao seu gesto.

"Achei que veria medo em seus olhos, mas o que vi foi amor", diria posteriormente Carlos.

A solidariedade do australiano ao gesto antirracista foi total. E veio dele a sugestão de que os dois americanos usassem luvas negras quando, no pódio, elevassem os punhos fechados, fazendo a saudação dos Panteras Negras, organização que lutava contra a discriminação

racial nos EUA. Como havia apenas um par de luvas pretas, foi de Norman outra sugestão: que os dois a dividissem. Isso explica o fato de, nas fotos, Smith aparecer com a luva na mão direita, e Carlos, na mão esquerda.

O gesto e a foto que o imortalizou ganharam o mundo. Até hoje, quando as Olimpíadas de 1968 são lembradas, o que vêm à tona é o protesto antirracista de Smith e Carlos.

Os dois pagaram caro pelo ato corajoso. Foram expulsos da equipe americana e obrigados a sair imediatamente da Vila Olímpica. De volta aos Estados Unidos, sofreram repetidas ameaças de morte de parte da extrema-direita e foram inteiramente alijados do esporte. Apesar de pressionados durante anos, nunca aceitaram se retratar pelo que fizeram.

Esta parte da história é mais conhecida. O que se conhece pouco é

**John Carlos e Tommie Smith carregam caixão de Peter Norman em 2006.**

o que ocorreu com o australiano Norman.

Como se recusou a condenar publicamente a atitude de Smith e Carlos e, ao contrário, sempre se disse solidário a eles, sofreu duras represálias na Austrália. Teve a carreira de esportista interrompida pelas autoridades e foi inteiramente marginalizado.

Em 2000, nas Olimpíadas de Sydney, o governo australiano convidou todos os medalhistas olímpicos para os atos oficiais, com a exceção de um: Peter Norman. Seu crime: apesar de não ter sido protagonista do protesto de 1968, recusou-se a condená-lo e, mais, declarou-se solidário a ele.

Perseguido por todos, ficou desempregado, sendo apontado no país como um traidor. Tornou-se alcoólatra e viveu seus últimos dias numa profunda depressão. Mas nunca renegou sua solidariedade ao gesto de 1968, apesar das tentativas de cooptação e das promessas de ajuda caso condenasse Smith e Carlos.

Quando, há dez anos, Norman faleceu em Melbourne, vítima de uma gangrena, Smith e Carlos fizeram questão de viajar até a Austrália para a última despedida do aliado leal. Os dois carregaram seu caixão até a sepultura.

Assim como Smith e Carlos, Norman deve ser reverenciado como um herói da luta contra o racismo.

Com seu gesto ele trouxe, inclusive, um elemento a mais: demonstrou que esta não é uma luta dos negros apenas.

É da Humanidade.

**Cid Benjamin é jornalista e militante do PSOL.**

(A fonte mais importante para este texto foi um artigo do jornalista italiano Ricardo Gazzaniga: <http://kaosonline.net/el-tercer-hombre-de-la-foto-no-levant-el-puno-ni-era-negro-tampoco/>)



# RECONFIGURAÇÕES DA LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA

Julianna Malerba  
Guilherme Carvalho

## MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

A mineração tem crescido a taxas expressivas tanto no Brasil, como em todo o continente sul-americano. Entre 2000 e 2010 o setor teve um crescimento de 500% no país e as operações minerais, que, em 2004 eram na ordem de R\$ 20 bilhões, em 2011 ultrapassaram R\$ 85 bilhões. Nos principais estados mineradores – Minas Gerais e Pará – foram abertas novas minas de bauxita, cobre, manganês, níquel e tem se ampliado expressivamente a extração de minério de ferro, cuja produção estima-se que triplique até 2030 e atinja o patamar de um bilhão de toneladas/ano. A fronteira mineral tem se expandido também para outras regiões. Em 2014, dos 15 maiores investimentos em exploração geológica para fins minerais (que juntos somavam aproximadamente 116 milhões de reais), três estavam em Goiás, quatro na Bahia e um no Amapá e no Amazonas, embora Minas Gerais seguisse concentrando quase 60%



HALIMA PORTES/SEI

desses investimentos (MINÉRIOS e MINERAIS, 2015, p. 38).

Ao longo da última década, aprofundou-se a dependência econômica do país com relação ao setor mineiro-exportador. Entre 2000 e 2010, a exportação mineral brasileira praticamente dobrou, passando de 163 milhões de toneladas para 321 milhões de toneladas. Segundo Milanez, “em termos econômicos, essa variação representou um aumento de US\$ 3,2 bilhões (5,9% das exportações) para US\$ 30,8 bilhões (15,3% das exportações)”<sup>1</sup>. Ao

<sup>1</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/545654-exportacao-de-minerio-e-a-opcao-brasileira-pela-crise-permanente-entrevista-especial-com-bruno-milanez>

contribuir expressivamente com a geração de saldos comerciais<sup>2</sup>, a mineração tornou-se um setor estratégico para o governo.

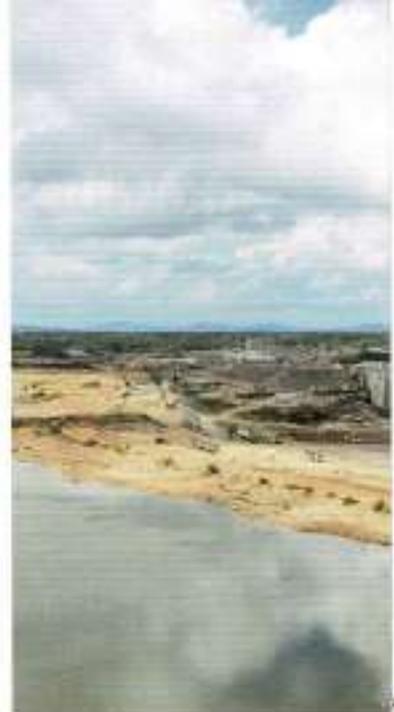
Embora 70% das 3.370 minas que existem no Brasil (dados de 2009) sejam de pequeno porte (em geral, ligadas à extração de areia, saibro, cascalho e brita), a concentração dos investimentos e da produção do setor voltados para a exportação está nas mãos de corporações que controlam grandes

minas, cujo processo extrativo exige redes de infraestrutura (ferrovias, estradas, minerodutos, plantas de beneficiamento, hidrelétricas) e montantes elevados de capital. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2010), as 15 maiores empresas de mineração no país foram responsáveis por mais de dois terços da produção mineral brasileira. Somente a Vale detinha, em 2011, 72% do mercado nacional de minérios (Ayres, Apud BUSTAMANTE, 2013).

É justamente a grande mineração, sob con-

<sup>2</sup> Entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, contribuiu para a geração de um superávit de mais de US 100 bilhões na balança comercial brasileira que, sem a participação dos minérios, seria deficitária (IBRAM, 2012)

Os processos de beneficiamento mineral são intensivos no uso de água e energia. A Albrás, a segunda maior fábrica de alumínio do Brasil, instalada em Barcarena (PA), consome a mesma quantidade de energia elétrica de Belém e Manaus, respondendo sozinha a 1,5% do consumo de energia elétrica do país.



trole de corporações de capital nacional e transnacional que atuam, em geral, de forma associada, que deverá seguir ampliando sua produção e seu peso na economia nacional, sobretudo neste momento de retração no preço das commodities minerais, por mais paradoxal que isso possa parecer.

Com a crise de 2008 e a desaceleração, a partir de 2013, da demanda global (sobretudo chinesa) por minérios, o preço nominal da tonelada de minério de ferro, o principal item da pauta exportadora mineral do país, passou de US\$ 179, em janeiro de 2011, para US\$ 68, em janeiro de 2015. Esse cenário tem levado à concentração do mercado mineral, uma vez que pequenas e médias empresas não conseguem competir com as grandes, que passam a apostar na criação e ampliação de economias de escala (o que implica a reorganização do processo produtivo de modo a maximizar a produção, diminuir os custos e incrementar a oferta de bens e serviços), a fim de manter a rentabilidade de seus investimentos diante da queda do preço do minério no mercado. Na prática, isso tem levado as empresas a ampliar seu nível de endividamento, aumentando a centralidade da dimensão financeira em suas operações e o peso do compromisso com retornos de rentabilidade a seus acionistas. Ao mesmo tempo, intensifica-se a extração, aumentando os riscos para os trabalhadores e o meio ambiente (PoEMAS, 2015).

O rompimento da barragem de rejeitos da Sa-

marco/Vale/BHP, em novembro de 2015, é um resultado trágico e concreto dessa tendência. Segundo estudo produzido pelo Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, da UFJF e da UFRJ, o endividamento da Samarco vem crescendo progressivamente desde 2009, tendo sido ampliado em 29% entre 2013 e 2014, vis a vis a diminuição de sua lucratividade. Em 2014, a dívida bruta da empresa era três vezes maior que os recursos obtidos em suas atividades operacionais (idem, p. 9 e 10). O estudo demonstra que a relação entre seu endividamento e sua receita operacional tornou-se um fator determinante para elevação da produtividade como forma de garantir a remuneração dos acionistas. Isso significou uma ampliação expressiva nas taxas de extração, com aumento, conseqüentemente, do uso de recursos naturais (especialmente água<sup>3</sup>) e de produção de rejeitos. Também resultou na adoção de “uma ampla política de terceirização (...) acompanhada pela deterioração das condições de trabalho” (idem, p.6).

É importante destacar que os processos de

3 Segundo o estudo produzido pelo PoEMAS (UFJF/UFRJ), nos últimos anos a Samarco aumentou significativamente o consumo de água em suas operações de beneficiamento primário e disposição de rejeitos, ao mesmo tempo em que diminuiu os níveis de eficiência em sua utilização nos processos de extração, produção e transporte. O estudo faz, ainda, referência à situação de escassez hídrica vivida pelo município de Mariana, que vem intensificando uma política de rodízio de abastecimento que privilegia o uso industrial em detrimento do uso residencial, gerando condições desiguais de acesso à água. (PoEMAS, 2015, p.8 e 12)

beneficiamento mineral são intensivos no uso de água e energia. A Albrás, a segunda maior fábrica de alumínio do Brasil, instalada em Barcarena (PA), consome a mesma quantidade de energia elétrica de Belém e Manaus, respondendo sozinha a 1,5% do consumo de energia elétrica do país, com seus 200 milhões de habitantes (PINTO, 2009). A construção de novas hidrelétricas de grande e médio porte na Amazônia tem, portanto, forte relação com o processo em curso de expansão da mineração no Brasil.

Além de usar muita água no processo de beneficiamento do minério, a ampliação das infraestruturas de escoamento, em especial dos minerodutos (que transportam os minérios sob pressão da água), também deverá aumentar a pressão sobre o uso da água: em Minas Gerais operam três minerodutos e pretende-se instalar outros quatro. Juntos, os sete minerodutos consumirão 8.170 milhões de metros cúbicos por mês, quase metade de toda a água consumida mensalmente por Belo Horizonte, que corresponde a 18.403 metros cúbicos (IBASE, 2012). O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012 já apontava a mineração como a segunda principal fonte de requisições de usos de água e indicava a forte tendência de crescimento das outorgas relacionadas à mineração entre os anos 2000 e 2012 (BITTENCOURT, 2013). O levantamento mais recente dos conflitos agrários no Brasil realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa



SALARA FORTES/OGG

que das 135 ocorrências registradas em 2015 no Relatório Conflitos pela Água, 76 envolvem mineração (Comissão Pastoral da Terra, 2015).

Seja pela pressão que exerce sobre os recursos naturais, seja pela reorganização espacial decorrente da estrutura logística necessária para extração, beneficiamento e escoamento, esse caráter intensivo no uso dos recursos naturais que marca as atividades minerais de larga escala como as que estão em curso no Brasil, revela conexões existentes entre as questões agrária e mineral, conforme atestam os dados produzidos pela CPT. Também apontam para algumas reconfigurações que a luta pela terra assume no momento em que a disputa pelo subsolo se acirra com o avanço da fronteira minerária.

#### **DIREITOS TERRITORIAIS E O EMBATE ENTRE AS DIMENSÕES MERCANTIL E (RE) PRODUTIVA DA TERRA**

A Constituição estabelece que as propriedades do solo e do subsolo não coincidem, sendo o subsolo e seus recursos propriedade exclusiva da União, que concede, *no interesse nacional*, o direito de pesquisa e lavra, garantindo ao titular do direito minerário a propriedade do produto extraído e ao proprietário do solo uma participação no resultado da lavra. Entretanto, existe um claro conflito de interesses entre a mineração e outras atividades que também devem ser exercidas em prol do interesse nacional, como a reforma agrária, pelo trata-

mento constitucional que é dado a ambas.

Ainda que alguns pareceres da Procuradoria Geral da União defendam a prioridade da mineração em áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária (DNPM, 2004), uma série de políticas de ordenamento territorial e conservação ambiental, conquistadas após a redemocratização, incluem mecanismos que criam, na verdade, restrições à atividade mineral.

De fato, o processo de territorialização da luta pela terra, empreendida nas últimas décadas por diversos grupos sociais denominados ou autodenominados “povos ou comunidades tradicionais”, resultaram em políticas de ordenamento que reconheceram a diversidade fundiária brasileira, garantindo segurança fundiária a comunidades e populações que possuem formas específicas de apropriação dos recursos naturais, o que incluem práticas de uso e acesso à terra diversas daquelas estabelecidas pelo paradigma liberal de propriedade privada. Tais políticas prevêm instrumentos que garantem, através de mecanismos do programa de reforma agrária ou do sistema nacional de unidades de conservação, a titulação coletiva das terras, protegendo-as da alienação. Até o momento, elas resultaram na exclusão de aproximadamente 158 milhões de hectares (que correspondem a terras indígenas e quilombolas, a Reservas Extrativistas, a Reservas de Desenvolvimento Sustentável e aos Assentamentos Diferenciados) do mercado, protegendo a pos-

se da terra em favor de povos e comunidades tradicionais (VIANNA JR, 2013).

A impossibilidade de aquisição das terras cujos solos estão sob concessão das mineradoras as obriga a ter de reconhecer e garantir os direitos previstos pela Constituição aos superficiários, o que representa um impacto negativo sobre a sua lucratividade. No Projeto Agroextrativista Juruti Velho (no município de Juruti/PA), onde atualmente a mineradora Alcoa extrai bauxita, foi através da obtenção de um título de domínio coletivo que os comunitários conseguiram obrigar a empresa a compensar os danos causados pelas suas atividades e a reconhecê-los como superficiários, assegurando-lhes a participação no resultado da lavra, prevista no atual Código Mineral (NAHUM & CASTRO, 2012).

Além disso, em algumas unidades de conservação de uso sustentável que abrigam populações extrativistas, como é o caso das Reservas Extrativistas (Resex) e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), a mineração não é permitida, por “comprometer a integridade dos atributos que justificam a proteção dessas áreas” (art 225, CF).

Não por acaso, tais mecanismos estão na mira dos setores conservadores que hegemonizam o Congresso Nacional e que, nesse momento (março de 2016), discutem um novo Código Mineral para o país. A primeira comissão parlamentar responsável pela análise da proposta – composta na sua maioria por deputados financiados por empresas mineradoras<sup>4</sup> – incluiu em algumas das versões do substitutivo ao projeto de lei artigos que ampliavam as garantias de acesso à água às mineradoras e que também visavam neutralizar os efeitos dessas políticas que, ao garantir direito à terra, limitam a atividade mineral<sup>5</sup>.

4 Uma análise detalhada sobre a prática de financiamento de campanhas e o perfil de financiamento dos deputados da Comissão Especial destinada a relatar o novo Código Mineral pode ser encontrada em Oliveira (2015)

5 É o caso do artigo 119, que estabelece a necessidade de anuência da Agência Nacional de Mineração para a criação de qualquer atividade que cause impedimento à mineração (o que seguramente incluirá

Não é coincidência que, em um Congresso hegemônico por interesses ligados ao capital agrário-financeiro-mineral<sup>6</sup>, o novo código seja atravessado por questões relacionadas à política fundiária e ambiental. Ele se inscreve em um processo mais amplo de reordenamento normativo atualmente em curso no país, que visa desconstruir direitos conquistados por setores historicamente subalternizados, direitos que representam avanços diante da histórica concentração fundiária brasileira, pois fazem prevalecer a dimensão (re) produtiva sobre a dimensão mercantil da terra.

De fato, atualmente há no Supremo Tribunal Federal (STF) mais de 150 ações (CAPIBERIBE e BONILLA, 2015) contestando demarcações de terras indígenas. No Legislativo e no Executivo, dezenas de decretos, portarias, projetos de lei e emendas constitucionais em debate ou em tramitação visam impor limites às garantias constitucionais à terra a populações tradicionais (MALERBA, 2015).

A importância dessas terras para o setor mineral se expressa nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre con-



tos envolvendo mineração e água, a que nos referimos anteriormente: 63 dos 76 conflitos envolviam populações tradicionais (pescadores, geraizeiros, camponeses de fundo de pasto, quilombolas, ribeirinhos, indígenas) que sofrem com a poluição ou a destruição de mananciais ou têm o acesso à água obstruído por atividades minerais (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015, p. 118). É provável que isso se dê em razão de as terras comunitárias representarem, em algumas regiões, as áreas mais extensas de biodiversidade (CAPIBERIBE & BONILLA, 2015) e, conseqüentemente, em oferta de água, insumo essencial à produção mineral, mas igualmente fundamental à produção de alimentos.

Mas os conflitos agrários envolvendo a mineração não se limitam às terras comunitárias. Entre as ocorrências de conflitos por terra, em 2015, 67 estão relacionados à atividade minerária (Comissão Pastoral da Terra, 2015). Esses conflitos envolveram, além das populações tradicionais, assentados, sem terra, posseiros e pequenos proprietários que têm sido vítimas de ações de violência decorrentes da atuação de mineradoras em seus territórios. Invasões de terras, ameaças de expulsão e despejo, destruição de moradias e pertences são as princi-

pais denúncias quanto à ação das empresas.

Isso revela que a disputa em curso não se limita à arena legislativa e normativa, mas segue se dando no nível territorial, reatualizando a forma historicamente truculenta como os setores econômicos se relacionam com grupos sociais subalternizados, quando estes representam “entraves” aos seus interesses. Quando estratégias mais sofisticadas de construção de legitimação social em torno dos empreendimentos (através, por exemplo, da antecipação de riscos e gestão de conflitos por meio da realização de diagnósticos participativos e de políticas de responsabilidade social, ou da redução da diversidade econômica e da ampliação da dependência econômica local à mineração) não funcionam, são acionadas as formas tradicionais de coerção, amparadas pela sólida e histórica aliança entre os setores econômicos e o Estado.

Um elemento importante a ser considerado nessas disputas é a articulação dos interesses envolvendo os setores mineral, madeireiro, de agronegócio, de empreiteiras e de energia, que têm atuado cada vez mais de forma combinada no Congresso Nacional, cuja bancada de parlamentares, apoiada financeiramente em suas campanhas eleitorais, age para garantir

a criação de áreas destinadas à tutela de interesses, tais como unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas). E também do artigo 136, que permite a exploração de recursos naturais nas unidades de conservação de uso sustentável. Embora algumas unidades de conservação de uso sustentável permitam esse tipo de atividade, conforme mencionado nas Reservas Extrativistas (Resex) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que abrigam populações extrativistas, essa atividade atualmente não é permitida. Para uma análise mais detalhada, ver <http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/o-novo-codigo-mineral-menos-governanca-publica-sobre-o-aproveitamento-dos-recursos-minerais-e-mais-imprescind-na-garantia-de-direitos-aos-afetados/>

6 Segundo estimativa da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), feita logo após as eleições em 2014, a bancada ruralista na Câmara Federal crescerá a partir de 2015: dos 191 deputados que formavam a FPA, 139 foram reeleitos e 118 parlamentares eleitos para o primeiro mandato em Brasília têm afinidade com o setor agrícola. Somente a bancada ruralista poderia chegar a 257 dos 513 deputados federais. Conf. Canal Rural. Bancada ruralista será fortalecida no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/bancada-ruralista-sera-fortalecida-congresso-nacional-7971> Segundo informações disponíveis no site da Câmara Legislativa, 224 deputados compõem atualmente a Frente Parlamentar da Mineração. Conferir em: [www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalle.asp?id=53690](http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalle.asp?id=53690)



RAFAEL PONTES/SOB

àqueles as condições de acesso, uso e controle de vastos territórios, em especial na Amazônia. Essa atuação *em bloco* tem propiciado mudanças substanciais na legislação e garantido toda sorte de benefícios fiscais, tributários e outros; bem como criado obstáculos à demarcação de terras indígenas e quilombolas e à constituição de novas áreas de preservação, favorecendo, dessa maneira, a expansão ampliada do grande capital, cuja capacidade de promover uma profunda reconfiguração socioterritorial é enorme.

A combinação desses interesses é visível nos territórios, como ocorre em Altamira, no Pará, com a construção da hidrelétrica de Belo Monte e a instalação de um grande empreendimento para exploração de ouro pela empresa canadense Belo Sun a cerca de 14 quilômetros da barragem. Daí que os processos de resistência se complexificaram, pois os embates não se dão contra uma ou outra empresa, um ou outro governo, mas contra um bloco de poder com grande capacidade de intervenção desde o plano local até o internacional, reunindo empresas nacionais e transnacionais, setor financeiro, governos, parlamentos, mídias corporativas, Poder Judiciário e mesmo ONGs, entre outros.

Um elemento importante a ser considerado nessas disputas é a articulação dos interesses envolvendo os setores mineral, madeireiro, de agronegócio, de empreiteiras e de energia, que têm atuado cada vez mais de forma combinada no Congresso Nacional, cuja bancada de parlamentares, apoiada financeiramente em suas campanhas eleitorais, age para garantir àqueles as condições de acesso, uso e controle de vastos territórios, em especial na Amazônia.

A violação de direitos é parte constitutiva desse processo de expansão acelerada do capital, e não algo estranho a ele. Esse é um dos principais motivos pelos quais indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e outros setores são encarados como inimigos. Isto, aliado à criminalização da ação política levada a cabo pelos segmentos que se opõem ao modelo de desenvolvimento hegemônico e à desconstrução da democracia e de suas instituições, forma o tripé no qual se assentam os desmandos, a violência institucionalizada, a expropriação e a reprodução das desigualdades. A Amazônia que o diga.

#### Referências

- BITTENCOURT, Carlos (2013). Os impactos da mineração nas águas. (mimeo).
- BUSTAMANTE, L.A.C.; CAVALCANTE FILHO, J.T.; BIATO, M. F.; GOMES, C. J. V. (2013). Análise do Projeto de Lei de Marco Regulatório da Mineração no Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, set./2013. (Texto para discussão n. 137). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 5set. 2013.
- CAPIBERIBE, A., & BONILLA, O. (2015). A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? *Estudos Avançados*, 29(83), 293-313. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100014>
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. CPT Nacional: Goiânia, 2015
- DNPM (2010). *Anuário Mineral Brasileiro*, Vol. 35. Disponível em: [http://www.dnrm.gov.br/relatorios/amb/Completo\\_2010.pdf](http://www.dnrm.gov.br/relatorios/amb/Completo_2010.pdf)

\_\_\_\_\_. (2012). Informe mineral. Jul/Dez 2012. Disponível em:

[http://www.dnrm.gov.br/mostra\\_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7594](http://www.dnrm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7594)

IBASE (2012). O boom da mineração e seus efeitos. Fact-sheet.

IBRAM (2012). Informações e análises da economia mineral brasileira. 7.ed. Disponível em:

[www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf](http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf)

MALERBA, J. (2015). Reordenamento normativo e novos direitos: as disputas pela (re) apropriação simbólica e material dos recursos e territórios de uso comum. Anais do VIII Simpósio de Geografia Agrária. Goiânia

MINERIOS & MINERAIS (2015). *Dozentas maiores minas brasileiras*. Outubro de 2015, n. 375 Disponível em <http://www.minerios.com.br/Conteudo/Arquivos/Mat/Files/Revista%20sem%20fichas.pdf>

NAHUM, J. S. & CASTRO, L. A. (2012). Um capítulo da questão agrária na Amazônia: mineração e campesinato no município de Juruti (PA). Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia.

OLIVEIRA, C. R. (2015) Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014. Rio de Janeiro: IBASE.

PoEMAS (2015). Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/VALE/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015.

**Julianna Malerba é assessora nacional da FASE ([www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)) e doutoranda do IPPUR/UFRJ.**

**E-mail: [jumalerba@gmail.com](mailto:jumalerba@gmail.com).**

**Guilherme Carvalho é coordenador da FASE Programa Amazônia e doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA.**

**E-mail: [gcarvalho67@gmail.com](mailto:gcarvalho67@gmail.com).**

# MARCELO FREIXO

## “As empreiteiras mandam no Rio de Janeiro.”



FELIPE CORDOCK

**Cid Benjamin  
e Carolina Peters**

O deputado Marcelo Freixo nos recebeu para a entrevista à *SOCIALISMO E LIBERDADE* na sede de sua pré-campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro: um conjunto amplo de salas com grandes janelas, num prédio do bairro da Glória.

Era uma dessas lindas manhãs do inverno carioca, quase com cara de verão. O comitê estava repleto de jovens, todos animados e falantes. Dos cerca de 30 presentes, poucos tinham mais de 30 anos. Alguns agrupados em torno a um computador opinavam sobre filmetes recém editados para as redes sociais. Outros cumpriam diferentes tarefas. E havia ainda alguns sentados no chão, com jeito de estarem ali dispostos a ajudar no que fosse preciso.

Freixo chegou ao nosso bate-papo sem atraso, coisa rara para quem está numa intensa pré-campanha. E veio com cara de relaxado – coisa também rara para quem já está na roda-viva.

Com pouco tempo de conversa mostrou que o se diz a seu respeito – que tem estudado muito o Rio – era verdade. Como é um bom quadro político e tem experiência como expositor, afinal de contas é professor de história, navega pelos números sem deixar que estes aprisionem a narrativa, tornem pesada a conversa ou aborreçam o interlocutor. Antes pelo contrário, os números surgem nas respostas sem atropelar o conteúdo, ilustrando de forma natural o que está sendo explicado. E, claramente, não são citados para impressionar ou mostrar erudição – o que é uma grande vantagem.

O resultado da hora e meia de uma conversa descontraída e agradável vai abaixo. Aproveitem.

### **O que é uma prefeitura de esquerda**

Não são poucos os que acham que a esquerda deve apenas atuar no Legislativo, na fiscalização. Para estes, sua ação deveria estar mais num plano teórico, no debate de ideias, sem

entrar no exercício prático da administração pública – ainda mais uma administração municipal. É evidente que a administração tem limites, desde os limites legais até os limites determinados pela correlação de forças. Mas não há como, diante da desigualdade existente no Brasil, a esquerda se isolar numa caixa confortável, sem assumir tarefas do Executivo. A sociedade não entenderia isso. É preciso tratar da vida das pessoas, do quanto elas gastam com alimento ou com transporte, do tempo que levam pra se locomover. Não dá pra imaginar que a esquerda se dê ao luxo de chegar para a classe trabalhadora e dizer: “Eu te defendo no plano do Legislativo, num plano teórico, fiscalizo o governo que te faz mal, mas não posso ser esse governo, porque não tenho condições de fazer tudo o que gostaria ao administrar a prefeitura.

### **Novos campos de disputa entre capital e trabalho**

Não se pode confundir processo eleitoral

e processo revolucionário. No processo eleitoral, ainda mais numa prefeitura, você tem que brigar pra que ele seja cada vez mais democrático, mas sabendo que não leva a uma mudança do modo de produção, a uma mudança no eixo da economia. No entanto, há espaço para mudar as prioridades e a maneira como poder público funciona. Você pode pegar uma cidade e fazer com que ela seja mais participativa, que tenha um envolvimento maior das pessoas, que ajude a ressignificar a política. Este é o papel da uma prefeitura de esquerda. Além, claro, temos que melhorar e democratizar a oferta dos serviços públicos. Mas é importante compreender uma coisa: hoje a relação do capital com o trabalho é mais sofisticada do que no século XIX. O processo de exploração não se dá só na esfera do salário, não se dá só no universo da mais-valia. O processo de exploração envolve elementos subjetivos, envolve territórios, envolve temas que antes não eram centrais na luta de classes. A esquerda precisa fazer essa releitura, até na hora de pensar o seu projeto de cidade, o seu projeto de poder.

#### **A prefeitura, instrumento na disputa da hegemonia.**

A eleição e o exercício de governo na prefeitura são instrumentos para a disputa da hegemonia na sociedade. O fato de ser uma disputa eleitoral em regras que não são revolucionárias – e, aliás, sequer são democráticas – é um desafio, mas não pode ser elemento impeditivo para a esquerda participar das eleições. Há um fato curioso. O arcabouço legal do Estado é, necessariamente, conservador. Historicamente conservador. Existe para organizar a dominação de classe, ajuda a impedir um processo revolucionário, de transformações mais profundas. Mas há uma distância entre o legal e o real tão grande, que se, no Brasil, a lei fosse cumprida de forma estrita, já seria quase uma revolução. Pega o que diz a Constituição sobre a mídia, por exemplo, e cumpre. Pega o capítulo sobre educação e cumpre. E veja, estou falando

do que já é lei. Não me refiro a novas leis que podem ser aprovadas, melhorando a situação dos trabalhadores. A verdade é que boa parte das lutas hoje é para as leis serem aplicadas. Não é contra leis opressoras. É para garantir o cumprimento de leis.

#### **Experiências a serem aproveitadas**

Eu poderia citar como exemplo de experiência de gestão da esquerda em prefeituras a do Olívio Dutra, em Porto Alegre, na década de 80. Tem ali uma experiência de orçamento participativo interessante. E o prefeito era extremamente minoritário na Câmara. Tem a experiência da Erundina em São Paulo. Ela tinha como secretário de Educação ninguém menos do que Paulo Freire, veja só. Tem ainda

**Hoje, no Rio, talvez os serviços sejam garantidos para um milhão dos 6,5 milhões de cariocas. Mesmo para esse milhão, os serviços muitas vezes são precários.**



FELIPE CORDEIRO

a experiência dela em relação aos ônibus, às tarifas. Ou a gestão do Edmilson Rodrigues em Belém, que também foi muito positiva. Aliás, assim como a Erundina, em São Paulo, Edmilson está disputando de novo a prefeitura em Belém. Os dois têm chances. Então, há experiências muito positivas, que são, de alguma maneira, referências.

#### **O que há de novo**

O fato de você hoje ter a internet permite fazer coisas completamente distintas em termos de informação, transparência e integração das pessoas com a administração municipal. Naquela época você não tinha nem celular. Só falava com quem encontrava. O próprio sistema de telefonia era frágil. Hoje, você se comunica com o mundo numa velocidade muito maior. Isso pode estar a serviço de um processo de participação mais efetiva. Você pode ter um gabinete virtual da prefeitura, garantindo todas as informações para um conjunto enorme da sociedade, ao mesmo tempo, online.

#### **A universalização dos serviços**

A ideia dos serviços é a ideia da cidade que funciona para o cidadão. E, afinal, o que é uma cidade que funciona? É a que garante os serviços públicos. No Rio, há um espaço da cidade em que eles funcionam razoavelmente. O grande desafio é fazer com que a cidade possa ser dilatada. Gosto desse conceito: fazer com que a cidade, no sentido dos serviços públicos, seja estendida. Hoje, no Rio, talvez os serviços sejam garantidos para um milhão dos 6,5 milhões de cariocas. Mesmo para esse milhão, os serviços muitas vezes são precários. E essa parcela é a que menos depende do serviço público, pelo perfil que tem. Há dados impressionantes. O IDH da Gávea é o mesmo da Noruega. O IDH da Rocinha é o mesmo de países africanos. Num mesmo morro, de um lado está a Rocinha; do outro, a Gávea. De um lado, na Gávea, você tem uma expectativa de vida de 82 anos; do outro, pessoas morrem de tuberculose, uma das principais causas de morte no início do século XX.

## O desafio da esquerda

Um dos grandes desafios da esquerda é fazer o poder público existir. O modelo neoliberal, que se impôs na década de 90, defende o Estado mínimo. Mas todo Estado mínimo é um Estado máximo de controle, é o Estado máximo penal. Não à toa a população carcerária do Brasil cresce assustadoramente a partir da década de 90 e depois, na virada do milênio. A gente tem a terceira população carcerária do planeta. Isso tem a ver com a proposta de Estado mínimo.

## As cidades como palco central da disputa

Estamos numa época de reafirmação do mundo das cidades. O modelo do capital, a gestão do capital, não se dá só em grandes projetos nacionais. Cada vez mais se dá em projetos de cidade. O mundo passa a ser mais urbano do que rural pela primeira vez, com mais gente morando nas cidades do que no campo. Com isso, o modelo de cidade passa a ser um espaço de disputa de poder e de relações de poder. Esse projeto do capital vai para a gestão de cidade.

## O grande capital controla o Rio

A ideia do Estado mínimo vem juntamente com outra: "Tudo o que é público é ruim". A solução, então, seria terceirização, privatização e deslocamento da decisão política para o poder privado. Porque hoje não existe só aquele debate da época do Fernando Henrique Cardoso sobre as privatizações. É mais sofisticado. É também um processo de deslocamento da decisão política para o espaço privado. Quando um prefeito diz que é síndico, ele admite que está abrindo mão do poder de decidir as coisas. Porque o síndico não é só quem cuida do menor. Ele não decide. Quem decide são os proprietários. E, nesse modelo, os proprietários da cidade são os donos do capital. Eles escolhem o síndico e controlam o condomínio. A cidade vira um condomínio.

**Todo Estado mínimo é um Estado máximo de controle, é o Estado máximo penal. A gente tem a terceira população carcerária do planeta. Isso tem a ver com a proposta de Estado mínimo.**

## As empreiteiras e o Rio

O Rio se tornou um dos grandes símbolos de gestão da cidade pelo capital. Quem tem a decisão política sobre os rumos da cidade é quem tem o controle do capital. Hoje, as maiores empreiteiras, que representam a grande expressão do capital, mandam na cidade, têm a gestão da cidade. E aí, no Rio, os serviços da cidade são orientados por seus interesses. Então, por exemplo, a Odebrecht controla do Maracanã aos trens. A OAS controla o metrô. E a Andrade Gutierrez controla as barcas. A gestão da mobilidade no Rio é toda das empreiteiras. E quando se fala em gestão da mobilidade logo vem à cabeça 2013, o "não é por R\$ 0,20". O debate da mobilidade é o debate do acesso à cidade. Quem controla quem vai para onde são as empreiteiras. Não há poder público definindo uma política pública. A decisão política está em quem controla o capital. É um modelo de cidade-negócio.

## As empreiteiras e o Parque Olímpico

A cidade vira produto. Por exemplo, o Parque Olímpico. Ele é da Carvalho Hosken, da Andrade Gutierrez e da Odebrecht. As três empreiteiras são responsáveis pelo Parque Olímpico, a um custo de R\$ 1,6 bilhão. Pegaram uma área nobre e a transformaram no Parque Olímpico. Depois das Olimpíadas, 75% daquele terreno, que é terreno público, vão ser doados para essas empreiteiras, que transformarão aquilo em condomínio de luxo e hotel de luxo. Por isso, removeram a Vila Autódromo dali, para que a área se valorizasse ainda mais. Essa é a lógica da cidade hoje. E o pior: a contrapartida da Prefeitura é pagar, por mês, R\$ 7 milhões, para além do que eles vão ganhar na exploração do hotel e do condomínio de luxo. A mesma coisa no VLT, o Veículo Leve sobre Trilho? É a CCR, é a Invepar, é a Odebrecht. A Invepar é a antiga OAS, mudou de nome, e a Riopar, é a Fetranpor (a federação das empresas de ônibus). Este é o consórcio.

## As empresas de ônibus continuam dando as cartas

É engano pensar que as empresas de ônibus perderam importância e se enfraqueceram na relação com a prefeitura. O BRT está na mão da Fetranpor, que está também no VLT. Os empresários de ônibus se modernizaram. Eles têm todo o controle do Bilhete Único e dividiram o Rio em consórcios territoriais. Por isso mudaram as linhas, forçando os passageiros a fazerem tantas baldeações. Isso tem relação direta com os territórios. E - pasmem! - a prefeitura não tem um mecanismo próprio de auditoria de receita e despesa dos ônibus. Aceita em confiança os números da Fetranpor e, com base neles, calcula os reajustes de tarifas. Ora, a prefeitura, como representante do poder público, tinha a obrigação de criar mecanismos para saber a receita e a despesa dos ônibus e, então, calcular a tarifa. É escandaloso receber as informações de quem é diretamente beneficiado pelo aumento da tarifa. Isso é uma coisa evidente do ponto de vista

da gestão pública. E não sou eu quem diz que aquilo é um cartel. É o Tribunal de Contas, um órgão técnico. Há um parecer dele que chama esse esquema de máfia e de cartel. Talvez o enfrentamento com os ônibus seja mais duro do que o que a gente teve com a milícia. Não será simples. Vai ser preciso abrir um amplo debate pra ter a sociedade do nosso lado.

### **Criação de uma empresa pública de transporte**

Vamos criar uma empresa de transporte do município. Não para encampar os ônibus, mas para ter o controle da política de tarifas e fiscalizar as concessões. Podemos até dar subsídio em algumas linhas mais emergenciais e carentes, mas para isso é preciso ter uma empresa pública, abrir a caixa-preta do transporte e trabalhar em cima de números confiáveis. E veja mais um absurdo: só com a bilhetagem do VLT, a operação já se pagaria. Mas a prefeitura vai pagar ao consórcio do VLT, durante 21 ou 22 anos, uma mensalidade de R\$ 6 milhões, corrigida pelo IPCA. Para começar, por que a correção pelo IPCA? Nenhum salário é corrigido pelo IPCA. Em 2012, quando isso foi assinado, a mensalidade era R\$ 3,8 milhões. Hoje já está em R\$ 6 milhões. E se a prefeitura parar de pagar, o consórcio tem acesso ao fundo da prefeitura, aos imóveis da prefeitura. Se a bilhetagem cair, se o lucro não for o que se esperou, quem cobre, pelo contrato, é a prefeitura. Esse modelo de parceria público-privada é o que mais resume essa lógica do modelo de cidade do capital.

### **A prefeitura pode melhorar a vida das pessoas**

Claro que sim. Os serviços têm que melhorar. Quando a gente investe em educação, investe em saúde, isso é uma maneira de tornar a cidade mais justa. Essa é uma coisa que tenho estudado: como tornar uma cidade mais justa? O que te faz de esquerda é transformar a sociedade numa sociedade mais justa. Como? A prefeitura tem capacidade redistributiva do dinheiro? Não. Mas

pode tomar medidas concretas. Por exemplo: uma das coisas que mais encarecem a vida é o aluguel. Por outro lado, há muitos imóveis vazios. Um IPTU progressivo sobre imóveis vazios, vai estimular que eles sejam alugados. Com maior oferta de imóveis para alugar, os aluguéis vão baixar. No que diz respeito à moradia, há, ainda, outra coisa. Há muitos imóveis públicos vazios no Centro do Rio. Você pode ter aí uma experiência de moradia



RENOVILLA

**Vamos criar uma empresa de transporte do município. Não para encampar os ônibus, mas para ter o controle da política de tarifas e fiscalizar as concessões**

popular. Se você pegar a prefeitura de Paris hoje, ela está tentando pensar a cidade à luz de uma mistura de classes sociais para tornar a cidade mais democrática. O grande debate sobre Paris hoje é como a cidade supera o problema de segregação histórica. O Rio é muito segregador também. Há, também, a questão dos alimentos. O Rio tem uma área agrícola na Zona Oeste, mas não é reconhecida como tal. Pode se fazer com que a produção de alimentos ali seja significativa para chegar, por exemplo, às escolas e aos hospitais da região. Não se faz porque está tudo vinculado à especulação imobiliária. Então você mexe com o aluguel, você mexe no alimento. Além de mexer no transporte, como eu já disse. É outra coisa que encarece substancialmente a vida do carioca. E que ninguém se iluda: vamos ter que estar preparados para a guerra, porque isso é máfia.

### **A prefeitura e a segurança**

É comum algum prefeito dizer: prefeitura não tem nada a ver com segurança, ela não cuida de polícia, e segurança é polícia. A segurança armada, a segurança ostensiva e a segurança criminal são policiais. Mas essa não é a única segurança que se tem numa cidade. Se você revitaliza as praças, se você ilumina melhor as praças e as ruas, desenvolve atividades culturais e comerciais ao ar livre, faz com que as pessoas circulem mais. Com isso, as ruas ficam mais seguras. Eu visitei a prefeitura de Nova York, visitei a prefeitura de Medellín, visitei a prefeitura de Bogotá para ver como isso funciona. Nova York tem um departamento de cultura dentro do departamento de transporte. É como se fosse uma secretaria de cultura dentro da secretaria de transportes. Aquilo me chamou a atenção. Eles me disseram o seguinte: "A rua é um espaço em que as pessoas têm que conviver, e qualquer lugar em que as pessoas tenham que conviver, tem que ter arte, tem que ter cultura". Para eles, é fundamental que as pessoas andem muito na rua. E as pessoas andam mais na rua se tiverem ao que assistir na rua. Então

## ENTREVISTA **MARCELO FREIXO**

tem um departamento de arte que te leva a andar pela rua, com obras de arte pela rua, para aumentar a circulação. Quanto maior a circulação, mais você ativa a economia.

### **Democratização da gestão**

A cidade tem que ser mais democrática. A gente tem 33 regiões administrativas no Rio. Você poderia, de imediato, já ter mais de 30 conselhos de moradores funcionando, para que os moradores fossem ouvidos sobre seus bairros. A prefeitura vai fazer uma obra em Olaria? Vai investir no Grajaú? Ouve os moradores daqueles bairros, cria uma maneira para isso.

### **Relação com a Câmara de Vereadores**

Primeiro, a sociedade tem a responsabilidade de eleger uma câmara de vereadores melhor que a atual. Onde vou pergunto se alguém sabe o nome de 15 vereadores. Ninguém sabe. Por outro lado, não vamos imaginar uma câmara de vereadores de esquerda. Você pode ter um número razoável, somando tudo o que seria um campo ético. Até porque seria arrogante achar que na direita não há gente ética. Há parlamentares éticos que, ideologicamente, são de direita. Mas vamos imaginar que o campo ético tenha 15 ou 20 dos 51 vereadores. Esse campo ético, que não é um campo governista, não será maioria. Como é que você vai se relacionar? Historicamente, o Executivo se relaciona com a Câmara comprando o silêncio dos vereadores, distribuindo cargos e ajudando a que se reelejam. É assim que funciona. Só há uma maneira de quebrar isso. Primeiro, estabelecendo diálogo. Porque, de repente, o cara está reivindicando algum apoio para o bairro pelo qual ele foi eleito. Tem muito disso na Câmara. O vereador tem a sua base eleitoral num bairro e é pouco sensível a pautas gerais da educação, da saúde. Guardadas as proporções, esse tipo

de reivindicação pode ser legítima e eventualmente ser atendida. O trabalho da prefeitura vai ser separar as coisas e tentar criar um campo de diálogo republicano, que não é necessariamente um campo de esquerda. E, aí, separar os grupos e tentar transformar em minoria o banditismo político, porque com este não dá pra ter acordo. O banditismo político tem que ser derrotado. Mas não se pode pensar que todo mundo que não pensa igual a você é bandido político.

### **Orçamento e impostos**

A prefeitura do Rio vem arrecadando menos. Sua situação é preocupante, ainda que não seja uma situação de alarme. Ela hoje arrecada de IPTU aproximadamente R\$ 2 bilhões. É pouco. Mais 60% dos moradores não pagam o IPTU. Historicamente o Rio e o Brasil taxam consumo, e não propriedade. Essa é a questão central. Taxa-se muito mais a pessoa, do que a propriedade. Isso tende a ser injusto. Claro que uma parcela dos isentos do IPTU tem mesmo que ter isenção, por serem muito pobres, mas nem todos. Por enquanto dá pra dizer é que vamos sobretaxar imóvel vazio. A grande arrecadação do Rio é ISS. Com o IPTU a gente arrecada R\$ 2 bi e com o ISS, R\$ 6 bi. Você pode qualificar essa cobrança do ISS, fazer com que ela seja mais eficaz. E há outros dados que devem ser levados em conta: nos últimos anos os ônibus rodaram 6% de quilometragem a menos no Rio, geraram 4% a menos de emprego, porque muitos motoristas estão fazendo também o trabalho do trocador. Mas o número de passageiros aumentou em 27% e a tarifa, 72%, num quadro de inflação de 55%. Há algo errado nisso.

### **Geração de empregos**

O Rio é uma cidade de serviços. A grande maioria dos cariocas ganha até R\$ 1.250. E quando menos alguém ganha, mais gasta com alimento. Quem ganha até R\$ 1.250 che-

ga a gastar até 23% em alimento. Trabalha pra comer. É fundamentalmente esta a realidade. Mas pode haver medidas econômicas concretas. Quem mais gera emprego para jovem no Rio? O setor de serviços. Mais do que isso: bar e restaurante. Bar e restaurante hoje geram 28% dos empregos de 15 a 24 anos. Bar e restaurante hoje pagam 2% de ISS, mas os ônibus pagam 0,01%. Por que você não estimula bar e restaurante, que é quem mais gera emprego para jovem, em lugares onde haja maior taxa de desemprego de jovens? Isso a prefeitura pode fazer, inclusive estimulando com o ISS. E há a possibilidade dos chamados "polos gastronômicos". O Cadeg [um mercado atacadista no bairro de Benfica] é um polo gastronômico; o Leblon tem o maior polo gastronômico do Rio. Por que você não tem outros polos gastronômicos espalhados na Zona Norte, que é onde você mais precisa gerar emprego para jovem, dando estímulo a esse setor? Esse quadro mostra que a cidade hoje não é governada sequer pelos empresários, é governada por um setor de empresários reduzido e rico. Tem um grande setor, o que mais gera empregos, que está completamente fora. Eles estão dialogando com a gente.

### **Cultura**

Essa coisa da cidade-balneário, na qual os equipamentos públicos servem só a um setor do Rio aparece claramente também na cultura. A distribuição dos equipamentos de cultura é algo escandaloso. Você pega, por exemplo, AP 3, 4 e 5, que têm 5,2 milhões de moradores, contam com 176 equipamentos de cultura. Mas AP 1 e AP 2, com 1,2 milhão de moradores, têm 394 aparelhos de cultura. Esse universo de desigualdade cultural acompanha a desigualdade da cidade, dos serviços. E a cultura não é menos importante que outras coisas. Tem outra coisa: quando você leva um espetáculo para a Zona Norte ou para a Zona Oeste, você vai num processo quase de colonização. Claro que é bom levar artistas que geralmente se apresentam na Zona Sul ou no Centro, como a Marisa Monte, por exemplo, para cantar

no Complexo do Alemão. Mas eles descem lá quase como ETs, dão o show naquele planeta ali e voltam. Não é dessa cultura que estou tratando. Nada contra a Marisa Monte cantar no Complexo do Alemão. Mas falo da cultura como instrumento transformador daquela realidade. Isso é um processo de descentralização que tem a ver com pontos de cultura, com a relação com as escolas (que têm uma enorme rede ramificada por toda a cidade e que é pouco aproveitada), com um processo permanente da cultura como espaço de encontro. Nisso a gente não está inventando a roda. Já aconteceu em vários lugares e é mais barato inclusive pensar a cultura assim do que a cultura do espetáculo, pagando milhões por um show de não sei quem na praia. Quantos pontos de cultura você faz com esse dinheiro?

#### **A campanha e o pouco tempo de TV**

Para o primeiro turno nossa aliança será apenas com o PCB. Penso que chegou a hora da gente apostar em algo diferente do que fez até hoje. Vamos ter apenas duas inserções de 30 segundos por dia. O candidato do atual prefeito tem 30 inserções. Nós temos 15 segundos de tempo de televisão e eles vão ter um caminhão de tempo. As regras do jogo definidas por eles são para que não haja mudança. Mas, estranhamente, a sucessão política não está se dando nos marcos que eles esperavam. Nesse momento, era para o Eduardo Paes estar fazendo o sucessor com os pés nas costas. Oito anos de governo, com dinheiro, apoio do governo federal, apoio do governo estadual, Olimpíadas, Copa do Mundo, vinda do Papa... Tudo isso aconteceu no Rio e o candidato dele está lá embaixo nas pesquisas. O problema não é só o candidato que ele escolheu. Tem alguma coisa acontecendo que não está muito clara. Teve 2013, que trouxe muita coisa boa. A pauta de 2013 não era uma pauta reacionária. Tinha coisa esquisita, tinha o cara "sem partido", tinha um processo despolitizado ali no meio? Sim. Mas a pauta era a pauta da mobilidade, era a pauta da democracia, era a pauta do "não me

**Você nunca teve, nem imaginou ter 76 escolas ocupadas por alunos com uma pauta para a educação pública que os professores, com sucessivas greves, nunca tinham conquistado.**



HELIO CAZORIN

representa", era a pauta da violência policial. A pauta não era conservadora. E as portas abertas em 2013 não foram respondidas. Elas estão aí. A institucionalidade não conseguiu responder a 2013. O resultado de 2013 ainda não foi um resultado eleitoral. Tanto é que as eleições de 2014 foram ganhas pela direita. Mas em termos comportamentais na política, há uma mudança significativa. Você nunca teve, nem imaginou ter 76 escolas ocupadas por alunos com uma pauta para a educação pública que os professores, com sucessivas greves, nunca tinham conquistado. Os alunos ocuparam 76 escolas e ganharam eleição direta para diretor de escola. Essa pauta está há dez anos no parlamento e a gente nunca avançou nela. Isso é concreto. Foi um processo de espontaneidade de ações políticas, de comportamento político que ainda não resultou num processo eleitoral, não teve no processo eleitoral seu principal escoamento, mas pode ser que tenha, mais adiante. Há uma crise de representatividade aberta que não foi respondida, mas também não foi trocada por algo novo. Esse é um processo que talvez demore mais do que nossa angústia permita a gente compreender. Este final de semana aconteceu algo comigo muito sintomático. Eu tive muitos compromissos de pré-campanha, mas tive também encontros familiares, tipo aniversário de sobrinha. Ouvi relatos assim: "Encontrei meu vizinho de prédio, que sempre foi de direita, mas ele falou que vai votar em você por causa da neta." Como ando falando muito nessa história de os netos conversarem política e convencerem os avós, já tem gente dizendo, de brincadeira, que vou acabar estimulando brigas nos almoços de domingo das famílias. Mas confio em que os netos convencerão seus avós num clima de harmonia... (rs)

**\*Marcelo Freixo é deputado estadual pelo PSOL e candidato do partido à prefeitura do Rio de Janeiro.**



# GUERRA CIVIL ESPANHOLA

## O AVANÇO DO FASCISMO

**Enrique Serra Padrós\***

Há 80 anos tinha início a Guerra Civil Espanhola, conflito emoldurado pela ascensão e o avanço das forças nazifascistas em toda a Europa. Expressou essa tendência geral e expôs, de forma trágica, a omissão corivente de Inglaterra e França, as potências continentais fiadoras do sistema de equilíbrio surgido após a Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes. Parte importante da sociedade espanhola, sobretudo os setores populares organizados, lutou para impedir a consumação de um golpe de Estado contra a jovem II República, promovido pelos segmentos mais conservadores, reacionários e autoritários do país, alinhados, de forma geral, com aquela onda nazifascista. Lutou-se, também em de-

fesa das históricas conquistas reformistas, obtidas nesse curto interregno republicano, e para o seu aprofundamento.

Pode-se afirmar que, no marco internacional, a crise espanhola resultou da superposição e da combinação dos efeitos de processos históricos complexos, como o já citado fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a consolidação do fascismo na Itália, a imposição e o avanço do III Reich e a crise econômica de 1929, com a decorrente depressão. Nesse contexto, dentro de um quadro global de refluxo das forças progressistas e de esquerda, a Espanha iria resistir. Tal fato levou o historiador Eric Hobsbawm a avaliar, com muita precisão, o que estava verdadeiramente em jogo naquela ponta da Europa: “[...] ali, e somente ali, a interminável e desmoralizante queda da esquerda era detida por homens e mulheres que combatiam o avanço da di-

reita armada”<sup>1</sup>.

No plano interno, diversas lógicas devem ser consideradas. Em termos econômicos, os setores dinâmicos e modernos encontravam-se nos grandes centros urbanos industriais e comerciais, como Barcelona, Madri e Bilbao. Essa burguesia, asfixiada pelo peso político dos setores mais conservadores (como aquele vinculado ao latifúndio) e pela crescente presença do capital estrangeiro, via inviabilizado seu projeto de modernização econômica nacional. Devido a isso, frações dessa burguesia mais desenvolvida amadureceram uma consciência regional frente a um poder estatal fortemente centralizado em Madri. Assim, impotentes ante a aliança hegemônica vigente entre o latifúndio e o capital

1 HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.

estrangeiro, avaliavam as possibilidades do autonomismo, e até do separatismo, de regiões que apresentavam particular identidade lingüística e cultural, como no caso da Catalunha e do País Basco. A tudo isso, juntava-se um efervescente movimento operário combativo, fortemente organizado em poderosas centrais sindicais de orientação anarquista (CNT) e socialista (UGT).

Em termos políticos, a II República espanhola nasceu em 1931, após uma monarquia secular (o último rei, Alfonso XIII, é bisavô do atual monarca), ancorada no tripé latifúndio-Igreja-Exército, que foi substituída pacificamente como resultado da sua inércia e incompetência para responder às demandas sociais e econômicas do país. As forças conservadoras se beneficiavam da brutal concentração de renda e da desigualdade social. O crescimento das organizações populares, em confluência com setores liberais da burguesia, impôs à República uma política de mudanças significativas: a reforma agrária, a reforma militar, a laicidade do Estado e do ensino, a descentralização política e o reconhecimento das autonomias, a jornada de oito horas de trabalho, a igualdade da mulher e o direito ao divórcio, entre outras. Contudo, tanto as pressões populares pelo aprofundamento e a aceleração das mudanças em vigor, quanto a reação contrária dos setores dominantes radicalizaram o processo eleitoral, contrapondo, em períodos seguidos, maiorias parlamentares de signo oposto: o "Biênio Reformista" (1931-1933) e o "Biênio Negro" (1934-1935) - este, de retrocesso popular.

A polarização atingiu o paroxismo na eleição de fevereiro de 1936, com a vitória apertada de uma Frente Popular multifacetada, que aglutinava setores socialistas, comunistas, democrático-burgueses, autônomos e sindicalistas. A vitória dessas forças deu início ao "Biênio Vermelho", trazendo expectativas de reversão dos retrocessos impingidos pelo "Biênio Negro" e a ampliação

das medidas sociais do "Biênio Reformista". A vitória da Frente Popular acelerou a violência política e a articulação golpista liderada pelos generais Franco, Sanjurjo, Varela e Mola, apoiadas pelos grandes partidos da direita (CEDA, *Renovación Española*, Partido Republicano Radical), setores monarquistas (*Comunión Tradicionalista*) e fascistas da *Falange Española*, que contavam com a cumplicidade orgânica da Igreja Católica e do capital internacional.

No dia 18 de julho de 1936, o poder militar se insurgiu contra o poder constitucional. Considerava-se que o golpe seria rápido, pois a conspiração vinha amadurecendo há tempos e envolvia a maioria da oficialidade. O foco nevrálgico dos rebeldes eram as tropas *africanistas* comandadas pelo general Francisco Franco. Deflagrado o processo, quartéis e praças militares foram ocupados em todo o país e milhares de falangistas e *reguetés* (monarquistas carlistas), organizados em milícias, comandaram uma violenta depuração dos apoiadores dos poderes legalmente constituídos. O governo da Frente Popular pareceu catatônico diante da ofensiva golpista e, com poucas unidades militares legalistas sob seu comando, se estilhaçou.

Entretanto, ante a desintegração da autoridade republicana, as organizações populares deram um passo à frente e assumiram a liderança da resistência nos grandes centros industriais, apesar da recusa governamental em armá-las. As centrais sindicais conclamaram a luta popular contra os insurgentes em Madri, Barcelona e outras cidades, confiscaram armamento, assaltaram quartéis, acucaram e derrotaram os amotinados. Foi o tempo heróico das barricadas, do espontaneísmo, da formação de milícias e conselhos populares, em substituição às estruturas estatais de um poder legal colapsado e paralisado. Foi também o tempo das jornadas dos anarquistas Durruti e dos irmãos Ascaso, das milícias populares da CNT e do POUM, da organização *Mujeres Libres*, das arengas da *Fisionaria* (a comunista Dolores Ibarruri) e dos poetas Miguel Hernández, Antonio Machado y Rafael Alberti.

As forças populares impediram a queda de Madri (que virou frente de batalha durante todo o

conflito) e resistiram aos rebeldes em Valencia, Bilbao e, principalmente, Barcelona (assim como em toda a Catalunha), onde a correlação de forças permitiu às poderosas organizações anarquistas tomar a iniciativa para realizar sua curta revolução social. Porém, os insurgentes (autodenominados *nacionales*) se haviam apoderado dos enclaves no Marrocos, nas Ilhas Canárias e Baleares (com a exceção de Menorca), de parte do Sul do país, das áreas contíguas à fronteira portuguesa e de parte da região Centro-Norte (isolando as Astúrias e o País Basco do resto da República). A ocupação desses territórios deu início a uma brutal repressão contra pessoas e organizações identificadas com a Frente Popular (no mês de agosto, integrantes da Falange fuzilaram em Granada, o grande poeta Federico Garcia Lorca).

Do lado republicano, embora em proporções bem menores, também ocorreu violência tendo como alvos aqueles que conspiraram abertamente contra a República (a perseguição de padres e freiras e o incêndio de igrejas por grupos de anarquistas e socialistas são fatos bem conhecidos). Efetivamente, passeios noturnos e fuzilamentos ocorreram de ambos os lados, mas do lado rebelde adquiriram dimensões de política de Estado, sendo em escala muito maior. O golpe chegou a ser parcialmente contido, mas não foi derrotado. Iniciou-se, assim, uma guerra civil que por quase três anos sangraria o país e exporia durante décadas traumas e feridas abertas, individuais e coletivas.

No interior da Frente Popular, a grande polêmica contrapôs, desde o início, duas estratégias de luta: por um lado, daqueles "*partidários de sacrificar tudo em nome da vitória militar*" e, por outro, dos que "*faziam da revolução um objetivo prévio*". Essa foi a questão chave colocada à esquerda espanhola pela contingência dos fatos: o que era fundamental, a revolução ou a defesa da democracia? As contradições de classe e as diferenças quanto à estratégia de luta enfraqueceram o governo constitucional. Mesmo assim, em pouco tempo, a

2 RAMONET, Ignacio. Un conflicto que ha marcado el siglo. *Le Monde Diplomatique*, Paris, n. 503, feb 1996, p. 29.

legalidade institucional acabou sendo reposta em detrimento da autonomia das organizações populares. Independentemente dos erros cometidos pela Frente Popular (centralização da luta, problemas econômicos, lutas internas) lutava-se por uma causa e o *No pasarán* era a expressão maior da ação comum contra o fascismo.

A dimensão internacional que o conflito adquiriu foi essencial para entender seu transcurso e seu posterior desfecho. Os setores golpistas foram financiados pelos grandes países fascistas da Europa, além de contarem com o apoio e a influência diplomática do Vaticano - com sua capacidade de mobilizar milhões de fiéis no país e no continente - alimentando o convencimento de que estava em curso uma cruzada anticomunista em defesa dos valores mais altos da cristandade. Numericamente, uma das maiores contribuições veio do Marrocos. Cerca de 80 mil combatentes se somaram aos espanhóis que compunham as unidades *africanas* do exército insurreto. Da mesma forma, foi da maior relevância a ajuda da Alemanha e da Itália, tanto pela amplitude e quantidade, quanto pela qualidade política, econômica, logística, diplomática e militar. Calcula-se que, em termos humanos, aproximadamente 75 mil militares italianos e 17 mil militares alemães participaram ao lado dos golpistas. No caso da Alemanha, sua ajuda foi também vital para o transporte de tropas do Norte da África para a península. Posteriormente, sua força aérea, a *Luftwaffe*, travestida de Legião Condor, teve efeitos devastadores nos ataques contra o Norte do país, sendo emblemática a destruição de Guernica (imortalizada na tela universal de Pablo Picasso). O vizinho Portugal salazarista forneceu dezenas de milhares de soldados, um território que serviu de santuário para a conspiração e uma sólida retaguarda para as unidades *nacionales* (com fronteiras porosas em caso de necessidade de seu recuo, mas infranqueáveis para inimigos em fuga), além de rota de acesso e porta de entrada para a entrada de petróleo e apetrechos militares de origem estadunidense.

Paralelamente ao desenvolvimento da guerra, uma série de fatores casuais e certas iniciativas

políticas garantiram a direção do movimento ao general Franco, que passou a ser reconhecido como *Generalíssimo* e *Caudillo*. A partir de 1937 o movimento rebelde já estava consolidado e unificado em torno do franquismo.

Por sua vez, o campo republicano recebeu uma simbólica, mas solidária, ajuda mexicana e, sobretudo, o apoio da URSS, que enviou armamento, técnicos militares e prestou ajuda

## O ataque contra a República gerou uma das maiores manifestações de internacionalismo da história contemporânea, a formação das Brigadas Internacionais. Conformadas por aproximadamente 40 mil voluntários procedentes de dezenas de países, majoritariamente de tradição comunista

política. Entretanto, tal ajuda foi condicionada aos interesses soviéticos, conjunturais ou político-ideológicos, tais como: a desmobilização das milícias populares, em favor da constituição de um Exército Popular hierarquizado e disciplinado; o enquadramento das experiências de coletivização e de qualquer esboço de revolução social; o esvaziamento das formas de organização e autonomia anarquistas (através dos duros acontecimentos nas Jornadas de Maio de 1937); e, na linha das purgas dos Processos de Moscou, as depurações das organizações trotskistas e

*poumistas* (inclusive com o seqüestro, assassinato e desaparecimento de Andreu Nin). A França ofereceu pouca ajuda e de forma intermitente e acabou assumindo a mesma posição da potência britânica, que temerosa de uma hipotética esquerdização da República preferiu abster-se de qualquer envolvimento assumindo uma deliberada *Política de Não-Intervenção* sob a falsa premissa de que se tratava de um conflito entre espanhóis. Quer dizer, fechava os olhos frente à ostensiva participação das potências fascistas.

Diante da agressão, apesar do pragmatismo e do cinismo das potências internacionais, se escreveu uma página memorável da solidariedade internacional. O ataque contra a República gerou uma das maiores manifestações de internacionalismo da história contemporânea, a formação das Brigadas Internacionais. Conformadas por aproximadamente 40 mil voluntários procedentes de dezenas de países, majoritariamente de tradição comunista (mas também anarquista, socialista, socialdemocrata e democrata), integradas por homens e mulheres articulados majoritariamente pela iniciativa de organizações comunistas ou mobilizados por conta própria, se dirigiram à Espanha para lutar em defesa da República e contra o fascismo (ao redor de um terço morreu em combate). Efetivamente, o antifascismo foi, sem dúvida, a sua maior consigna.

Entre esses internacionalistas havia brasileiros, caso de Apolônio de Carvalho, Delcy Silveira e Homero de Castro Jobim e muitos outros. Vale a pena mencionar, ainda, que, além dos milhares de combatentes anônimos, muitos escritores, artistas, jornalistas e intelectuais, bastante reconhecidos, se comprometeram publicamente contra as forças golpistas. Entre os espanhóis, destacam-se Pablo Picasso, Joan Miró, Juan Ramón Jiménez e León Felipe. Entre os estrangeiros, entre tantos outros, Pablo Neruda, Ernest Hemingway, George Orwell, André Malraux, Louis Aragon, Antoine Saint-Exupéry, Tristan Tzara, Ilya Ehrenburg, César Vallejo, Nicolás Guillén, John dos Passos etc.

A tendência militar da guerra foi o constante recuo da República. Em 1937, com a queda do País Basco, ela perdeu o Norte do território, a co-

nexão internacional via Mar Cantábrico e importantes recursos materiais que passaram a ser explorados diretamente pelos rebeldes ou lhes permitiram pagar a ajuda recebida do estrangeiro. Em 1938, o fracasso da ofensiva do Rio Ebro exauriu as últimas energias das forças legais e antecipou a queda da Catalunha, no início de 1939. Pouco depois, no fim de março, Madrid era tomada. Franco rejeitou qualquer possibilidade de negociação, exigiu rendição incondicional e proclamou no 1º de abril o último parte de guerra: *"En el día de hoy, cautivo y desarmado el Ejército Rojo, han alcanzado las tropas nacionales sus últimos objetivos militares. La guerra ha terminado."*

O corolário do conflito fratricida foi o de centenas de milhares de mortos e uma derrota para aqueles que haviam tentado resistir ao avanço da escalada nazi-fascista na Europa. Centenas de milhares de republicanos partiram para um exílio interminável. Muitos foram confinados em campos de concentração na França. A posterior queda da França ante a

## **Passados 80 anos daqueles acontecimentos, foram os republicanos espanhóis e o governo da Frente Popular os primeiros que se defrontaram com a violenta agressão das forças fascistas em escala internacional**



Alemanha nazista, na Segunda Guerra Mundial, e o constrangedor colaboracionismo do governo de Vichy, levou muitos espanhóis a se engajarem na luta de resistência junto ao *maquis* francês e ao Exército do general De Gaulle. Mesmo assim, milhares foram deportados pela Gestapo e pela polícia francesa ao campo de concentração nazista de Mauthausen. A estimativa é de que entre cinco e seis mil republicanos tenham ali morrido.

Muitos se organizaram na resistência antinazista em outros países, sobretudo na URSS. De qualquer forma, quando a guerra acabou com a derrota do Eixo, os espanhóis do exílio não conseguiram convencer os aliados de que Franco também estava associado àquelas potências fascistas. Pragmaticamente, para o ocidente um Franco em processo de desfascitização era mais funcional e uma garantia de controle sobre qualquer foco de ressurgimento da esquerda em tempos do novo contexto mundial, o da Guerra Fria.

Na Espanha, com o fim da guerra civil, iniciou-se uma longa e feroz ditadura durante quase 40 anos. Ela foi marcada por uma censura total, um retrocesso geral diante das conquistas sociais que a República havia propiciado, a prisão de milhares de líderes e combatentes, constantes purgas dos setores públicos, massivas condenações à morte e um tratamento contra os derrotados que nunca incluiu a possibilidade de reintegração na sociedade. Ao contrário, reforçou o estigma de exército inimigo derrotado que, como tal, foi tratado até a morte do *Caudillo*, em 1975. *"Muera la inteligencia! Viva la muerte!"* foram duas frases concatenadas enunciadas por Millán-Astray, um dos militares mais temidos pelos simpatizantes republicanos. Sem dúvida, elas sintetizam muito bem o que foram as décadas

de ditadura franquista para os vencidos.

Para concluir é necessário reafirmar que passados 80 anos daqueles acontecimentos, foram os republicanos espanhóis e o governo da Frente Popular os primeiros que se defrontaram com a violenta agressão das forças fascistas em escala internacional; e que, decididamente, enfrentaram-na. Nesse sentido, não se pode esquecer que na Espanha se deram, de forma prematura, as condições *in loco* que anteciparam o conflito global da Segunda Guerra Mundial. Inegavelmente, o seu território foi, ao mesmo tempo, *"local de ensaio"* das forças armadas das potências nazi-fascistas e *"palco da primeira fase da grande guerra"* (argumento sempre lembrado pela República, apesar do escárnio anglo-francês).

A tragédia da República constituiu o grande legado que os povos da Europa e seus governos tiveram que considerar quando, poucos meses depois da queda de Madri, explodiu uma nova grande guerra. Como corroboram as palavras de Eric Hobsbawm: "[...] a Guerra Civil Espanhola antecipou e moldou as forças que iriam, poucos anos depois da vitória de Franco, destruir o fascismo. Antecipou a política da Segunda Guerra Mundial, aquela aliança única de frentes nacionais que ia de conservadores patriotas a revolucionários sociais, para a derrota do inimigo nacional e simultaneamente para a regeneração social."<sup>3</sup>

Ironicamente, apesar do enorme sacrifício e da energia dispensada o *No pasarán* republicano não evitou a derrota da democracia espanhola, esmagada diante das suas contradições, mas, principalmente, diante das forças retrógradas alinhadas à onda nazifascista e que contaram com a complacência franco-britânica. Entretanto, foi o esforço daqueles homens e mulheres que lutaram por aquela consigna o que serviu de espelho, experiência e fórmula para a derrota do nazismo e dos seus aliados ao final da exaustiva e dramática grande guerra posterior.

**\*Enrique Serra Padrós é professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

# cronologia

## 1930

**Jan** Queda da ditadura de direita de Primo de Rivera.

## 1931

**Abr** Eleições. Proclamação da Segunda República Espanhola. Fuga do rei.

## 1935

**Set** Fundação do POUM, partido de esquerda antistalinista, acusado pela URSS de ter proximidade com o trotskismo.

## 1936

**Fev** Eleições nacionais. Vitória da Frente Popular.

**Mai** O socialista Manuel Azaña assume a Presidência do país.

**Jul** Revolta do setor fascista do Exército contra o governo republicano. Início da Guerra Civil. Partidos e sindicatos operários se unem em defesa da República no Comitê de Milícias da Catalunha. O POUM e a CNT, central de orientação anarquista, passam a integrar o governo da Catalunha, juntamente com os partidos Socialista e Comunista.

**Ago** Primeiro bombardeio aéreo de Madri.

**Set** Assume o governo republicano o socialista Largo Caballero. O general Francisco Franco centraliza o comando dos golpistas.

**Out** Criadas as Brigadas Internacionais, formadas por voluntários antifascistas estrangeiros, por iniciativa da III Internacional. O regime fascista de Salazar, de Portugal, rompe relações com o governo republicano. Começam a chegar a Madri milhares de refugiados das regiões

ocupadas pelos franquistas, que cometiam massacres. O governo da República concede autonomia ao País Basco.

**Nov** Entram em combate, ao lado dos republicanos, as Brigadas Internacionais. A Alemanha nazista e a Itália fascista reconhecem o governo de Franco. A CNT passa a integrar o governo republicano. Madri volta a ser atacada por bombardeios. Caças soviéticos auxiliam a defesa da capital.

**Dez** Desembarque dos fascistas italianos em Cadiz. O POUM é excluído do governo da Catalunha por pressão da URSS.

## 1937

**Jan** Os Estados Unidos decretam o embargo de armas aos dois lados do conflito. França fecha as fronteiras, proibindo que mais armas ou combatentes entrem na Espanha.

**Fev** Início da campanha do PC contra Largo Caballero, em choque com a URSS e os comunistas que buscavam mais espaço no governo e defendiam a ilegalização do POUM. Barcelona é alvo de bombardeios aéreos.

**Abr** A aviação alemã bombardeia e arrasa Guernica.

**Mai** Acirram-se os conflitos entre comunistas, de um lado, e anarquistas e militantes do POUM por outro, em Barcelona. Largo Caballero se nega a pôr o POUM na ilegalidade, cai e é substituído por Juan Negrin, também socialista, mas alinhado com a URSS. Ofensiva dos franquistas no Norte do país.

**Jun** Dirigentes do POUM são presos, torturados e assassinados por agentes soviéticos, entre eles seu principal líder, Andreu Nin.

**Jul** É distribuída a Carta Coletiva dos Bispos Espanhóis aos bispos de todo o mundo. Apenas dois bispos espanhóis não a firmaram. O documento dá ao golpe fascista o caráter de Cruzada e declara que ele é "teologicamente justificado".

**Ago** O Vaticano reconhece o governo de Franco.

**Out** As tropas fascistas se aproximam da Madri. O governo republicano se transfere para Valência.

**Nov** A Grã-Bretanha estabelece relações comerciais com o governo golpista de Franco.

## 1938

**Jan** Aviação italiana bombardeia Barcelona, causando 160 mortos e 700 feridos.

**Mar** Decreto abole a liberdade de expressão e de reunião nos territórios ocupados pelos franquistas. Barcelona é bombardeada seguidamente pela aviação italiana. Madri também sofre intenso bombardeio.

**Jun** A França fecha a fronteira com a Espanha.

**Set** As Brigadas Internacionais são dissolvidas pela III Internacional e sua retirada é anunciada na Sociedade das Nações.

**Dez** Início da ofensiva fascista sobre a Catalunha. As defesas republicanas são rompidas em vários pontos.

## 1939

**Jan** As tropas do general Modesto, núcleo fundamental do exército republicano, são praticamente aniquiladas. Os combates chegam à periferia de Madri.

**Fev** Franco preside desfile de militar em Barcelona. O governo fascista é reconhecido pela Inglaterra e pela França. Chegam à França 230 mil civis da Catalunha, dez mil feridos. Manuel Azaña se demite da Presidência do governo republicano.

**Mar** Fascistas entram em Madrid. O governo republicano se exila na França.

**Abr** Fim da guerra. Vitória dos franquistas com a rendição do Exército Republicano. Os fascistas promovem massacres e assassinatos de militantes e simpatizantes da República em todo o território espanhol.

\*C.B

# Um herói brasileiro na guerra civil espanhola

**Cid Benjamin**

Era um dia qualquer em meados da década de 80. Eu e minha companheira, Astrid, chegamos à casa de Apolônio e Renée, nossos quase vizinhos, para o café da manhã. Isso era relativamente comum. Morávamos, os dois casais, a umas cinco ou seis quadras de distância. Algumas vezes eles iam à nossa casa; outras, nós íamos à casa deles.

Apolônio tinha ido comprar pão com o neto João Lucas e estava demorando a voltar. Renée já começava a estar preocupada. Depois de uma boa meia hora, ou mais, apareceu o "Velho" com o neto, os dois molhados da cintura para baixo. Apolônio explicou, com um sorriso travesso, de orelha a orelha: "João Lucas quis ver o mar. Então, fomos ver o mar. Depois, ele quis descer até a areia; aí descebamos. Mas, ele quis também molhar os pés..."

Esta singela historinha retrata bem a forma de ser de Apolônio. Uma doce figura.

Ainda jovem, eu já tinha ouvido falar nele. Mas, na época, não fazia ideia exata de sua dimensão e, muito menos, passava pela minha cabeça um dia sermos amigos.

Sabia que era um ex-oficial do Exército, preso depois da insurreição de 1935 por fazer parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sabia, também, que lutara na Guerra Civil Espanhola, integrando as lendárias Brigadas Internacionais. E que, depois, fora dirigente da Resistência Francesa à ocupação alemã. Como tinha lido "Subterrâneos da liberdade", de Jorge Amado, sabia ainda que ele era o personagem Apolinário. Aliás, Jorge Amado



## APOLÔNIO DE CARVALHO

(1912-2005)

foi quem primeiro o chamou de "herói de três pátrias" – por conta de sua militância no Brasil, na Espanha e na França.

Em setembro de 1937, dois meses antes da instauração da ditadura do Estado Novo, Apolônio chegou à Espanha. A situação não era favorável aos republicanos. Em julho do ano anterior, os fascistas tinham iniciado um levante e o general Francisco Franco, à frente da guarnição do protetorado de Marrocos, havia ultrapassado o estreito de Gibraltar e começado a ocupar o território espanhol. Cerca de 80% do Exército o acompanhou no golpe, episódio que representou como que um prelúdio da Segunda Guerra Mundial.

"A Grã-Bretanha voltava as costas para a República espanhola, a França mantinha-se

numa posição ambígua e o Eixo passava a apoiar maciçamente a reação hispânica – com regimentos e divisões italianas, a hitlerista Legião Kondor, centenas de técnicos alemães, sofisticados armamentos Krupp e modernos aviões Junker", conta Apolônio em suas memórias, "Vale a pena sonhar" (Editora Rocco, 1997).

A República tratava de construir um novo exército a partir das milícias populares, formadas às pressas, e do apoio da URSS. A partir de outubro de 1936, as Brigadas Internacionais, criadas pela III Internacional e constituídas por milhares de voluntários de dezenas de países, somaram-se a esse esforço, acorrendo à Espanha – numa das mais marcantes páginas da história do internacionalismo proletário. Entre os 16 brasileiros estava Apolônio, que ingressou nas hostes republicanas como tenente, o posto que tinha no Exército brasileiro, mas ao longo do tempo exerceu funções de capitão, major e coronel, comandando diversas unidades de artilharia.

Num quadro de profundas divergências entre os defensores da República, quase sempre tratadas de forma sectária, relatos de diferentes fontes dão conta da postura aberta que tinha Apolônio no trato com comunistas, anarquistas, socialistas e integrantes do POUM, mais próximos ao trotskismo.

No segundo semestre de 1938, porém, as Brigadas Internacionais foram dissolvidas, em meio a um acordo, apoiado pela



Os 40 presos políticos libertados no sequestro do embaixador da Alemanha aguardam o embarque para a Argélia. No destaque Apolônio de Carvalho e o primeiro na foto da direita para a esquerda é Cid Benjamin, autor deste artigo. 06/1970

URSS e não cumprido pelos fascistas, para a retirada dos combatentes estrangeiros do conflito. Eram os tempos que antecederam o pacto da URSS com a Alemanha nazista, firmado em agosto de 1939.

Os integrantes das Brigadas, depois de atravessar os Pirineus, foram internados em campos de concentração na França, cujo governo os tratava como indesejáveis. Nos campos, as condições materiais eram duras, por conta do frio e da fome. E, diante da possibilidade de serem entregues aos governos de seus países de origem, alguns deles simpáticos ao fascismo, muitos combatentes fugiram. Foi o caso de Apolônio, que escapou do campo de Gurs, onde estava. Foi simulada uma revolta num lado do campo, atraindo os guardas, enquanto, do outro, Apolônio e outros presos cortaram a cerca com um alicate que tinham conseguido.

Munido de contatos com militantes do PC francês, ele se dirigiu a Marselha, no Sul do país, já parcialmente ocupado pelo exército alemão. Seu objetivo era se integrar à Resistência. Tendo começado o trabalho quase da estaca zero, Apolônio acabou sendo

figura decisiva na organização dos maquis naquela região.

As primeiras armas tiveram que ser tomadas de soldados alemães, atacados com barras de ferro pelos combatentes da Resistência. Em suas memórias, Apolônio conta que conseguiu assim a sua primeira pistola. Antes de ler o livro, porém, na década de 80 eu já tinha ouvido a história dele próprio. Foi depois de uma reunião da Executiva Nacional do PT, da qual nós dois fazíamos parte. Na ocasião, nos fazia companhia o então secretário-geral do partido, Francisco Weffort, enquanto esperávamos o horário do ônibus para voltar de São Paulo ao Rio. Em dado momento, Weffort perguntou, quase à queima-roupa: "Apolônio, você já matou alguém cara a cara?"

O "Velho" contou, então, o que repetiria em suas memórias: conseguira sua primeira arma na França dando com uma barra de ferro na cabeça de um soldado alemão em Marselha. Embora tenha se aproximado do soldado por trás, não quis atacá-lo pelas costas. Bateu com a mão em seu ombro e só o agrediu quando ele se virou. Depois, con-

to, teve problemas de consciência. Afinal, o alemão era um jovem que poderia ser um trabalhador como outro qualquer, convocado pelo Exército de seu país. Não era, necessariamente, um criminoso de guerra. A imagem do soldado moribundo e com o rosto coberto de sangue ficou na sua cabeça por algum tempo. Mas, depois, ao recordar o papel do exército alemão naquele momento, os problemas de consciência foram superados.

Na Resistência, Apolônio conheceu Renée, filha de uma família de comunistas franceses e também militante, que seria sua companheira pelo resto da vida. Tiveram dois filhos: René e Raul. Ele reencontrou, ainda, camaradas das Brigadas Internacionais, que tiveram trajetórias semelhantes à sua, depois de também escaparem de campos de concentração.

Tendo feito amizades no consulado brasileiro de Marselha, Apolônio conseguiu um emprego na representação diplomática. Isso, não só ajudava a sua sobrevivência material, como lhe permitia uma boa cobertura para o trabalho clandestino. Chegou, inclusive, a comparecer à sede da Gestapo para renovar seu visto de permanência na França, já sendo um ativo membro dos maquis. No período final da ocupação era o principal comandante da Resistência no Sul da França.

Em janeiro de 1944, organizou uma ação que muito o orgulhava: o ataque à prisão de Nîmes, de onde foram libertados 23 militantes. Já mais perto do fim da guerra, em Carmaux, a primeira das cidades da região em que os alemães se renderam, o comandante da guarnição mandou que fosse hasteada a bandeira branca, saiu do quartel e, num gesto simbólico, ofereceu sua pistola, com as mãos estendidas. Apolônio preferiu não ser ele a receber a arma e determinou que seu subcomandante o fizesse: "Preferi que coubesse a honra a um francês. Por todos os ângulos, inclusive os simbólicos, aquela era uma vitória

da França”, conta em suas memórias.

Logo depois Apolônio comandaria a libertação de Albí e Toulouse.

Quando da rendição geral das tropas alemãs na França, ele tinha o posto de coronel da Resistência; e René, o de tenente. Em reconhecimento ao seu papel, recebeu a mais alta condecoração do país: a Legião de Honra. Pela participação na luta na Espanha, lhe seria concedida – já mais tarde, nos anos 90 – a cidadania daquele país, numa cerimônia emocionante em que foram homenageados pelo governo espanhol os integrantes das Brigadas Internacionais ainda vivos.

Depois de voltar para o Brasil, com René, o primogênito René, e o segundo filho, Raul, a caminho, Apolônio se integrou ao PCB, partido ao qual até então nunca tinha sido efetivamente filiado. Tornou-se presidente da União da Juventude Comunista (UJC), que tinha como secretário-geral João Saldanha, depois jornalista e técnico da seleção brasileira de futebol. Mas, eram tempos do governo Dutra e, logo em seguida, o PCB foi posto na ilegalidade e a UJC, dissolvida. Apolônio passou, então, à semi-clandestinidade.

No PCB trabalhou na formação de quadros e na revista do partido, “Novos Rumos”. Com o golpe militar de 1964, submergiu. No processo de luta interna aberto, assumiu uma posição crítica à linha política majoritária na direção, rompeu com o PCB e, juntamente com Mário Alves, Jacob Gorender e outros militantes, construiu o PCBR.

Preso em janeiro de 1970, seu comportamento heroico nos porões do DOI-Codi, o principal centro de torturas de presos políticos no Rio, tornou-se lendário, sendo reconhecido até mesmo pelos militares. Em maio de 1970, dois oficiais do Exército se referiram a ele, na minha frente, com indistinto respeito.

Um mês depois, em junho, Apolônio saiu

da prisão, trocado, juntamente com outros 39 presos, pelo embaixador alemão, sequestrado pela guerrilha. Eu estava entre eles. Levados para a Argélia, ficamos inicialmente num local agradável, repleto de bangalôs, chamado Ben Aknoum.

Antes que cada um do “grupo dos 40” tomasse seu caminho, passamos duas ou três semanas agradáveis, em torno a bate-papos, música, vinho e partidas de futebol, no campinho de futebol society do lugar. Alguns de nós necessitavam de cuidados médicos, o que nos foi garantido pelo governo argelino. E assistimos juntos à final da Copa de 70, quando o Brasil venceu a Itália por 4 a 1 e se tornou campeão do mundo pela terceira vez.

Aquela altura eu já era interlocutor frequente de Apolônio. Gostava de ouvi-lo falar da luta na Espanha e da Resistência Francesa. Gostava, também, de ouvi-lo cantar as músicas da guerra civil. Aliás, poucos movimentos revolucionários tiveram um repertório musical tão rico. Apolônio adorava aquelas músicas, ainda que o canto não estivesse entre suas inúmeras qualidades. Desafinava, mas com prazer, deleitando-se e deleitando quem o ouvia.

Naquelas conversas na Argélia soube, por ele próprio, de uma história interessante. Enquanto estava no DOI-Codi, certa vez foi retirado da cela por um major que lhe disse algo como: “Somos inimigos, mas eu te respeito. Você é mais velho e está machucado. Eu te consegui algo que preso algum teve aqui, um banho de sol diário.”

Apolônio perguntou: “Meus companheiros também terão banho de sol?”

O oficial respondeu que não. Apolônio, então, retrucou: “Eu agradeço, mas não posso aceitar. Seria um privilégio.”

Depois de um tempo em silêncio, o major perguntou-lhe: “O que aconteceria comigo se vocês ganhassem?”

“Você não me torturou. Mas, se torturou outros, será fuzilado”, respondeu Apolônio.

Lotado no I Batalhão da Polícia do Exército, no interior do qual estava instalado o DOI-Codi, esse major era figura frequente nas torturas de presos. Imagino que, talvez por respeito a Apolônio, tenha preferido não participar dos seus interrogatórios.

Apolônio regressou ao Brasil com a anistia, em 1979. Foi, então, fundador e dirigente nacional do PT. Até a sua morte, em 2005, aos 93 anos, permaneceu filiado ao partido, embora não escondesse as críticas aos seus rumos.

Vladimir Palmeira, ex-deputado pelo PT, certa vez resumiu bem o que foi Apolônio em seus últimos anos: “Ele envelhece com dignidade, o que é uma arte. E envelhece com lucidez, o que é um privilégio”.

Os vizinhos de Apolônio o homenagearam com uma placa na portaria do prédio em que ele viveu, na Rua Dias Ferreira, no Leblon. Foi um gesto significativo, até porque não partiu de pessoas politizadas. A placa permanece lá até hoje. Seus dizeres são: “Aqui morou Apolônio de Carvalho, um combatente da liberdade”.

Dos comunistas de sua geração, Apolônio foi exemplo de honestidade intelectual. Avesso ao sectarismo que marcou uma época, não se agarrou a verdades cristalizadas e nunca temeu fazer autocrítica. Guardou sempre o otimismo, a generosidade e a elegância no trato pessoal, próprios de quem está de bem com a vida. Sem perder a doçura, foi um incansável combatente na materialização de seu sonho: um mundo mais justo.

O título de suas memórias não poderia refletir melhor o que foi a sua vida: “Vale a pena sonhar”.

**Cid Benjamin, jornalista e militante do PSOL.**

# LA PASIONARIA

**Cid Benjamin**

A principal líder de massas da Guerra Civil Espanhola foi uma mulher: Dolores Ibárruri. Isso não era pouca coisa. Nos anos 30 a Espanha era um país profundamente conservador, com uma enorme influência da mais reacionária Igreja Católica de toda a Europa. O espaço para a participação das mulheres na sociedade e na política era ainda menor do que em outros países.

Dona de forte personalidade e portadora de grande coragem física, Dolores era uma excepcional oradora. Os relatos a seu respeito dão conta de que, com enorme carisma, ela unia emoção e razão nos discursos. Na sua pregação antifascista e a favor da revolução, Dolores foi, também, uma precursora na defesa dos direitos das mulheres, numa época em que não era comum a questão estar em pauta.

Ao nascer em 1895, em Biscaia, no País Basco, ela recebeu o nome de Isidora Ibárruri Gomez. Posteriormente, incorporaria a ele o codinome Dolores e adotou o pseudônimo Pasionária, com que firmou seu primeiro artigo político, em 1918, e a acompanharia pelo resto da vida.

Dolores foi casada, desde 1916, com um mineiro socialista, das Astúrias. No início dos anos 30, se separou dele e casou-se com um dirigente do Partido Comunista. Filiada ao Partido Socialista desde 1917, rompeu com ele em 1920 para participar da fundação do Partido Comunista Espanhol, do qual foi, até o fim da vida, militante e dirigente destacada.

A partir de 1930, passou a integrar o Comitê Central do PC. No ano seguinte, foi transferida para Madri, onde trabalhou no jornal do partido "Mundo Obrero". Foi presa duas vezes, em 1931 e em 1933, tendo demonstrado sempre coragem pessoal. Conta-se que, no dia 1º de maio de 1931, um policial tomou a bandeira vermelha que ia à frente de uma manifestação de trabalhadores em Bilbao, mas foi atacado por



# Uma voz feminina e revolucionária



Dolores, que recuperou a bandeira e saiu com ela à frente da passeata.

Outra história que mostra a bravura de Dolores aconteceu quando da vitória eleitoral da Frente Popular em fevereiro de 1936. A Pasionária estava em Oviedo, onde havia 940 presos políticos. Como a anistia política era uma bandeira da Frente Popular, Dolores foi à prisão à frente de uma manifestação que cercou a prisão, exigindo a libertação imediata dos presos. As autoridades se negavam a libertá-los enquanto não recebessem instruções superiores. A situação ficou tensa e os guardas ameaçaram atirar contra os manifestantes, quando Dolores entrou sozinha no presídio e afirmou que não sairia enquanto os demais não fossem libertados. O chefe da polícia e o diretor da prisão cederam e aceitaram soltar os presos desde que Dolores assumisse a responsabilidade por isso. Ela aceita, assume o controle da prisão e, de posse das chaves, abre pessoalmente as celas e solta os presos, que foram recebidos em festa pelos manifestantes. O episódio fez com que crescesse ainda mais seu prestígio.

Dolores teve seis filhos, o mais velho dos quais e o único homem, Rubén, tenente do Exército Vermelho, morreu na batalha de Stalingrado (17 de julho de 1942 a 2 de fevereiro de 1943), episódio decisivo na Segunda Guerra Mundial.

Em 1937, já durante a Guerra Civil, Dolores foi eleita vice-presidente das Cortes Republicanas.

Em seus célebres discursos cunhou duas frases que se tornaram famosas: "Para viver de joelhos, é melhor morrer de pé!" e "Não passarão!"

Embora Dolores as tenha repetido frequentemente e sido a principal responsável por sua popularização, essas frases não são de sua autoria. A primeira delas é atribuída inicialmente ao revolucionário mexicano Emiliano Zapata (1879-1919) e a segunda seria de um subordinado do general francês Philippe Pétain (1856-1951, herói francês na Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, colaborador com a ocupação nazista, na Segunda Guerra).

Depois da vitória dos fascistas na Guerra Civil, em 1939, Dolores exilou-se na antiga União Soviética, onde era a representante do PC espanhol na III Internacional. Em 1942, com a morte do secretário-geral José Díaz, foi eleita para o seu cargo no PC, que ocupou até 1960, quando foi substituída por Santiago Carrillo. Regressou à Espanha apenas em 1977, depois da morte do general Francisco Franco, tendo

sido deputada e líder honorária do PC até à sua morte, em 1989.

Dolores sempre foi alinhada com a União Soviética, sendo até o fim da vida defensora incondicional de Stalin e, posteriormente, dos dirigentes soviéticos que o sucederam. Permaneceu alinhada com as posições do PC soviético mesmo quando os comunistas espanhóis romperam com Moscou e adotaram o chamado eurocomunismo.

Em 1962 a Pasionária publicou as suas memórias, intituladas "O único caminho".

Em junho de 2005, 16 anos após a sua morte, Dolores Ibárruri foi eleita presidente de honra perpétua do Partido Comunista Espanhol.

**Cid Benjamin, jornalista e militante do PSOL**

**Em seus célebres discursos cunhou duas frases que se tornaram famosas: "Para viver de joelhos, é melhor morrer de pé!" e "Não passarão!"**



# Uma posição de esquerda contra a União Europeia dos capitalistas

**André Ferrari\***

No plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, a classe trabalhadora britânica manifestou um dos mais veementes repúdios às instituições do grande capital na Europa em décadas. Para a esquerda socialista internacional não há porque lamentar-se disso.

O voto pelo "Brexit" foi, antes de tudo, o voto daqueles mais diretamente afetados pelas políticas de austeridade aplicadas por David Cameron, que teve que renunciar imediatamente após o plebiscito.

A crise do Partido Conservador só não é maior porque uma parte importante da esquerda comprou o discurso de que a defesa da permanência na União Europeia representava a defesa de um projeto civilizatório contra a xenofobia e o racismo. Nada mais ilusório.

O sentido da formação da União Europeia sempre foi o de favorecer os interesses da classe capitalista. O poder discricionário nas mãos da famigerada "troika" (BC Europeu, Comissão Europeia e FMI) para impor o "austericídio" aos povos europeus não é um simples "defeito interno" da UE, mas sim a sua razão de existência.

O argumento cínico de setores burgueses pró-UE contra manifestações racistas e xenófobas esconde que a UE é um dos principais promotores da política imperialista no Oriente Médio, provocando as guerras e os conflitos que deram lugar a uma das mais graves crises de refugiados da história.

Foi a UE também que legalizou a discrimi-



nação dentro da própria classe trabalhadora permitindo, por exemplo, que um trabalhador imigrante na Inglaterra receba um salário menor e tenha menos direitos do que um trabalhador inglês.

A xenofobia e o racismo são chagas que surgem em um cenário de gravíssima crise, desemprego e ataques sobre direitos e condições de vida. Se a esquerda socialista não for capaz de oferecer uma alternativa que unifique a classe trabalhadora contra as instituições odiadas do capitalismo, é a extrema direita que conseguirá apontar um caminho reacionário e aparentemente radical.

Os meios de comunicação e o establishment britânico, em sua campanha pela permanência na UE, preferiram dar destaque

ao discurso racista e xenófobo dos setores de direita em favor da saída da UE. Assim, poderiam maquiar sua política, também reacionária, com cores mais humanistas e solidárias.

É inaceitável que a esquerda reproduza a mesma análise preconceituosa e cheia de ódio de classe da mídia britânica e europeia contra os "ignorantes" da classe trabalhadora que não entenderam suas "boas intenções" ao defenderem a permanência na UE.

Importantes setores da esquerda socialista britânica e internacional, incluindo o Partido Socialista (CIT), e do movimento sindical combativo defenderam a saída da União Europeia com argumentos contra as políticas de austeridade e em defesa de um verdadeiro internacionalismo da classe trabalhadora.

Hoje a luta para derrubar os conservadores do poder, convocar eleições gerais e construir uma greve geral contra as políticas de austeridade ganha mais espaço, ainda que em um cenário contraditório.

O verdadeiro golpe que a direita "blairista" tenta promover contra a liderança de Jeremy Corbyn, provocando uma "guerra civil" no Partido Trabalhista, pode dar lugar a um processo de reorganização da esquerda.

A única forma de oferecer uma saída para a crise e barrar a direita racista é construir uma nova esquerda socialista que una a classe trabalhadora acima das fronteiras nacionais. O PSol deve estar a serviço disso.

**\*André Ferrari, historiador e dirigente do PSOL**

# Inglaterra para os ingleses?

**Rosana Pinheiro-Machado\***

Olhando exclusivamente para o funcionamento do capitalismo global, é possível entender, numa perspectiva ideal, como uma parte minoritária da esquerda possa defender a saída do Reino Unido da União Europeia. Da mesma forma, não creio que simplesmente devamos defender a permanência como reação automática à pauta defendida pela extrema-direita inglesa.

Como antropóloga, meu desafio é sempre sair do mundo ideal—que tanto moveu quanto empacou a ação da esquerda. E aí cabe mencionar a importância de ouvirmos as pessoas comuns e de conhecermos o problema no contexto na prática em que se insere.

Como imigrante na Inglaterra, não há como eu defender uma posição que afeta dramaticamente outros imigrantes, os espaços de resistência, a autonomia das universidades, a circulação de pessoas e, principalmente, a classe trabalhadora inglesa. Principalmente, quando essa posição foi votada de forma emocional, rápida, sem debate público e com base em argumentos de ódio, da arrogância e do isolamento territorial.

Nós estamos chocados. Estamos chocados por todos os nossos companheiros que, desde então, perderam o sono. Chocados com o impacto imediato da crise econômica, que, mais uma vez irá ser paga pela classe trabalhadora.

Foi uma decisão emocional baseada na raiva que assolou a classe trabalhadora inglesa.

Muitos gritaram “devolver o país aos ingleses”. É claro que a xenofobia é uma variável importante. Mas olhar só para ela é um erro imenso. A classe trabalhadora está ferrada e perdeu seu estado de bem-estar social. Aquela fase que



o encanador tinha uma casa muito parecida com o do banqueiro acabou.

Mas o que acabou principalmente é a consciência de classe da classe trabalhadora, especialmente do Norte do país, que empobreceu. O desmonte subjetivo da identidade da classe trabalhadora começou com Thatcher, que agiu no âmago do orgulho de classe.

Como diz o escritor britânico Owen Jones, romantizar o trabalhador de uma mina de ferro não é o ideal, mas certamente a identidade negada da classe trabalhadora resulta não apenas na xenofobia, mas no ódio irrestrito à classe política e à própria classe trabalhadora.

“O problema são os pobres” – gritava uma trabalhadora de uma universidade que ganha um salário mínimo e referia-se aos camponeses.

As comunidades pobres que votaram para sair anunciaram que votaram porque não aguentavam mais a austeridade—e culpavam os imigrantes, a política e os próprios pobres por isso.

Temos, como no Brasil, uma massa perdida e revoltada e uma esquerda – o Partido Trabalhista – incapaz de reorganizar a classe trabalhadora. Uma massa – como diria o historiador E. P. Thompson – cuja economia moral é defensiva. Ela age para não perder o que tem.

É o que aconteceu na Inglaterra. As pessoas votavam – cegamente – pela sua vida empobrecida, mas movida pelo sentimento de ódio a tudo, muito bem aproveitado pela extrema-direita, que agora se junta ao coro do “odiamos a política tradicional”.

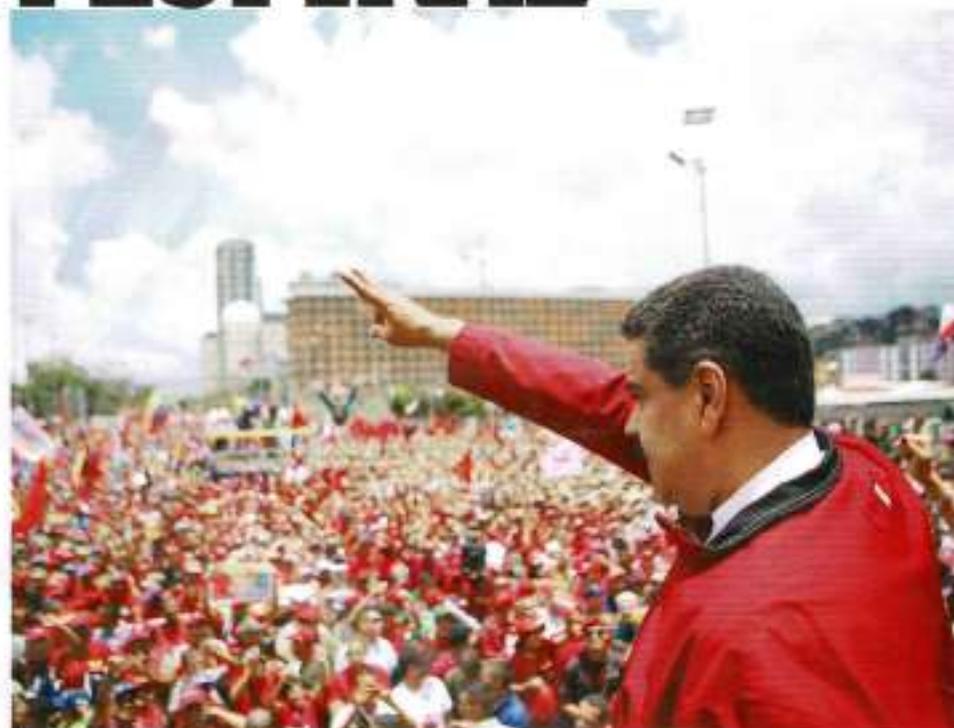
Como sempre, são os mais fracos que vão pagar pelo desmonte do Estado britânico. A classe trabalhadora desde Thatcher odeia a si própria, assim como odeia o Outro. Projeta-se no mito do sucesso dos empreendedores ao mesmo tempo em que rejeita o imigrante.

É nesse processo de destruição de identidade de classe, de repúdio ao imigrante que o Brexit foi votado. A discussão sobre a questão econômica mais ampla da saída da União Europeia não pode ser feita num plano ideal, negando toda a violência interpessoal por onde emergiu esse plebiscito. Uma decisão que afeta incisivamente o desenvolvimento da ciência, que causa medo entre os imigrantes e que será paga pelos mais pobres não é uma decisão socialista universalista. Uma decisão baseada na falta de debate público e no ódio é uma decisão fascista.

**\*Rosana Pinheiro-Machado, antropóloga, Oxford University.**

# VENEZUELA EM ESPIRAL DESCENDENTE

*Uma combinação de crise econômica causada pela queda dos preços do petróleo e dificuldades na seara política levam a Revolução Bolivariana à sua maior crise desde 1998.*



**Gilberto Maringoni**

O chavismo vive maus momentos. A crise atual atinge o cotidiano da população venezuelana de forma muito mais aguda do que o locaute empresarial de 2002-2003, quando a economia praticamente estancou por três meses e o governo de Hugo Chávez quase foi a pique.

Os sintomas estão nas ruas na forma de uma disparada inflacionária, da falta de gêneros de primeira necessidade nos mercados, de carências orçamentárias e do avanço da oposição de direita. No meio de tudo, o presidente Nicolás Maduro tenta se equilibrar diante de uma crescente insatisfação popular e de um preocupante cerco do conservadorismo latino-americano.

## ESPECULAÇÃO CAMBIAL

Talvez a maior expressão da turbulência econômica esteja na oscilação da taxa de câmbio. Enquanto a cotação oficial de importação está em 13,5 bolívares por dólar, a moeda nor-

te-americana pode ser trocada nas ruas pela proporção de até mil para um. A inflação para 2016 deve ultrapassar 800% ao ano. Os dois fenômenos estão interligados.

O principal impulsionador da onda altista é a carência de dólares na economia, que gera especulação em moeda forte e transmissão imediata aos preços internos. Num país que compra no exterior alimentos e manufaturados, o efeito é dramático.

Assim, produtos importados pela taxa oficial são vendidos internamente por redes de contrabando a preços baseados na cotação paralela, provocando irrefreável espiral ascendente. Medidas governamentais antiespeculativas desincentivam importações, provocam o esvaziamento de gôndolas de supermercados e o sumiço de bens duráveis das lojas. Compa-

nhias aéreas estrangeiras têm cancelado suas operações no país pelas dificuldades em receber os valores dos bilhetes em cotações que valham a pena. Empresas estrangeiras com negócios com o Estado deixam contratos para trás, receosas de perdas crescentes.

O governo tem tentado, desde 2013, manter importações essenciais, como as de alimentos, e busca incentivar a produção local de hortifrutigranjeiros, em sua maior parte oriunda de pequenas e médias propriedades rurais.

Apesar de toda a crise, o país ainda apresenta uma balança comercial superavitária.

## NÃO HÁ FOME

Não há fome na Venezuela, apesar de tudo. O site Food first afirma: "Segundo as mais recentes pesquisas disponíveis no fim de 2015,

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
50,64	61,08	69,08	94,45	61,06	77,45	107,46	109,45	105,87	96,29	50,12
OPEP - Petróleo: preço médio anual do barril em dólares										

os venezuelanos consomem uma média diária de 3.092 calorias, volume bem acima da recomendação da FAO, de 2.720 para segurança alimentar, mas abaixo dos indicadores de 2011, quando a média consumida era de 3.221 calorias”.

Se não é uma situação ideal, tampouco se pode falar em crise humanitária, como setores da direita começam a propagar.

Em um país no qual a carga tributária situa-se ao redor de 10% do PIB e em que o financiamento do Estado vem em sua maior parte das exportações de petróleo, a queda das cotações do barril, a partir de 2012, acentuou as incertezas. A tabela em anexo é baseada em uma cesta que envolve a produção de 12 países, representando uma média de diversos tipos de óleo. A redução dos preços em 2008 foi seguida de expressiva alta nos anos seguintes, alcançando o pico de US\$ 107,48, em 2011. Quatro anos depois, o barril era comercializado por menos da metade desse valor. No início de 2016 a baixa chegou a US\$ 30 e agora estabiliza-se pouco acima dos US\$ 40.

Apesar de mudanças institucionais de peso nos últimos 18 anos, o país não alterou sua dependência crônica do petróleo. Cerca de 97% do valor das exportações é garantida pelo produto. Beneficiada, como a quase totalidade da América Latina, pelo *boom* das commodities nos anos 2000, a prosperidade interna observada até 2012 não mudou a posição do país na divisão internacional do trabalho e acentuou esse papel. Assim como observado em Brasil, Argentina, Peru, Chile etc., reafirmaram-se as características históricas da Venezuela como exportador de produtos de baixo valor agregado e importador de manufaturados. Ou seja, apesar de exuberante em termos políticos, o ciclo de governos reformistas da região reforçou o caráter periférico dessas economias.

#### **PERDA DE INICIATIVA**

Presas em uma armadilha estrutural de difi-

cil superação na economia, a situação venezuelana é agravada pela paulatina perda de iniciativa política do governo Maduro, que se vê, desde o fim de 2015, diante de uma maioria opositora na Assembleia Nacional. Tendo logrado obter número mais que suficiente de assinaturas para a convocação do referendo revogatório inscrito na Constituição, a oposição agora está em uma batalha judicial com o governo para provar a autenticidade das firmas.

A protelação tem razão de ser, pois Maduro corre sérios riscos de ter seu mandato encurtado por meio da consulta popular. Se a decisão ficar para 2017, o quarto ano da atual gestão, o presidente será destituído, mas quem assume

## **A ofensiva da direita é potencializada pela onda conservadora que atinge a América do Sul, em especial no Brasil, na Argentina e no Paraguai, que tentam isolar a Venezuela no Mercosul.**

é seu vice, Aristóbulo Istúriz.

A ofensiva da direita é potencializada pela onda conservadora que atinge a América do Sul, em especial Brasil, Argentina e Paraguai. Os governos Michel Temer, Mauricio Macri e Horácio Cartes tentam de todas as formas isolar o país no Mercosul e trabalham de forma articulada com a oposição interna. O chanceler do governo golpista do Brasil, José Serra, vai além e procura dar um golpe no bloco, tentando impedir a Venezuela de assumir a sua presidência rotativa.

Com a popularidade cadente, Maduro busca, há mais de dois anos, aparar arestas internas e consolidar suas pontes com as Forças Armadas. O Exército, em especial, teve suas atri-

buições ampliadas desde a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999. De contingente de segurança e defesa, suas ações se ampliaram para missões humanitárias diante de catástrofes naturais, distribuição de alimentos, apoio e construção de obras de infraestrutura e manutenção da ordem interna.

#### **ECONOMIA E POLÍTICA**

Todas as saídas para a Venezuela têm obrigatoriamente que começar pelo front econômico. Sem a perspectiva de uma alta significativa nos preços do petróleo em médio prazo, o governo hesita em tomar medidas que reduzam o papel do Estado na economia.

Recentemente, uma equipe de economistas ligada à Unasul propôs um plano que envolve a liberação da taxa de câmbio (controlada desde 2003), o fim do subsídio energético – o que inclui gasolina e eletricidade – e a adoção de políticas sociais focadas para fazer frente às carências de setores mais vulneráveis.

Além de resistências políticas no interior do próprio governo, a última medida, em especial, demanda um montante de dinheiro que ainda precisa ser contabilizado. Dentre as sugestões, está a venda de 13 refinarias da PDVSA, a estatal petrolífera, instaladas nos Estados Unidos, algo praticamente descartado pelo governo.

Caso não retome a iniciativa política, o governo corre o risco de ver sua já escassa popularidade se derreter ainda mais e abrir espaço para a chegada da oposição ao Palácio de Miraflores.

O projeto econômico da direita é conhecido: um choque ultraortodoxo, o desmonte de quase duas décadas de uma institucionalidade avessa ao neoliberalismo e um realinhamento internacional subordinado à potência dominante.

**Gilberto Maringoni é professor da UFABC e dirigente do PSOL.**

# Vitória de Donald Trump nas primárias republicanas sacode política americana

**Dan La Botz**

Para surpresa dos institutos de pesquisa, para choque do Partido Republicano e para o horror do establishment político, Donald Trump tornou-se o candidato republicano. Sua retórica racista, o programa econômico nacionalista, sua relutância em se dissociar da Ku Klux Klan e seu encorajamento dos comportamentos violentos em seus comícios têm levado a muitos a caracterizá-lo como fascista. Sua vitória dividiu o Partido Republicano, contribuiu para a polarização da sociedade americana, e a possibilidade de sua eleição preocupa as elites por todo o mundo.

A vitória de Trump e a exibição notavelmente forte de Bernie Sanders, concorrendo como um socialista aberto numa plataforma progressista no Partido Democrata, são indicadores da rejeição dos eleitores estadunidenses aos partidos políticos e candidatos tradicionais desde a crise econômica de 2008. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos perderam espaço como potência econômica e política mundial, um movimento particularmente inquietante para aqueles cujas fortunas também estão em declínio. Assim, milhões se voltaram para Sanders e Trump. Sanders foi derrotado na primária do Partido Democrata, perdendo para a candidata do establishment Hillary Clinton, mas Trump emergiu vitorioso

no Partido Republicano e continua sua campanha singularmente racista.

## **TRUMP NÃO É UM POLÍTICO TRADICIONAL**

De seu pai ele herdou um negócio multimilionário de imóveis na cidade de Nova York, convertendo a empresa na Trump Organization, uma transnacional bilionária envolvida

na construção de arranha-céus nova-iorquinos, tais como a Trump Tower, e na administração de hotéis, cassinos e resorts em outros estados e em países estrangeiros.

Além disso, ele é uma personalidade famosa da TV. De 2004 a 2015, estrelou "O Aprendiz", um reality show televisivo baseado em entre-



vistas e contratações de pessoas para trabalhar nas suas corporações, eliminando competidores e “despachando-os” do programa. Frequentemente, os concorrentes são menosprezados e humilhados durante o processo de demissão. Trump recebeu um milhão de dólares por episódio, ganhando 214 milhões de dólares nas 14 temporadas do programa — mas o mais importante foi que ele acabou se tornando uma personalidade nacionalmente conhecida.

Apesar de várias de suas empresas terem falido, ele permaneceu como um homem de negócios bem-sucedido. Sua riqueza é estimada em algo superior a US\$ 4 bilhões.

Trump tem sido ativo politicamente desde os anos 1980, algumas vezes como um republicano, outras vezes como um democrata, mas, por enquanto, ele é membro do Partido Reforma, um pequeno partido político direitista com o qual se envolveu o líder da Ku Klux Klan, David Duke. Por vezes, ele tem doado largas quantias de dinheiro tanto para o Partido Democrata, quanto para o Partido

Republicano, mas desde 2012 ele tem sido um republicano. Em diversas ocasiões, Trump flertou com a ideia de concorrer a um alto cargo político por um ou outro partido, mas nunca tinha sido escolhido. As primárias de 2015-2016 foram sua primeira tentativa para um cargo político, sendo extremamente bem-sucedida à medida que eleição estadual após eleição estadual ele foi vencendo os outros 12 pré-candidatos republicanos, quase todos políticos profissionais. Como o forte desempenho de Sanders, a vitória de Trump mostra que boa parte da população rejeita a política tal como vem sendo exercida.

### **O ESTILO E A SUBSTÂNCIA DE TRUMP**

A vitória de Trump foi resultado de tanto de seu estilo político idiossincrático, quanto do seu programa político. Ao longo das primárias, diferentemente de outros candidatos, Trump evitou usar discursos preparados ou ler o teleprompter. Quase sempre falou de improviso e suas falas terminavam com comentários repentinos e tiradas contra seus adversários. Em suas palavras ásperas e cruas, atacou outros candidatos, as esposas dos candidatos ou repórteres, fazendo referência a seu tamanho, peso, aparência física, gênero e etnia. Ele os acusava de falta de energia, escassez de ideias e covardia. Ridicularizou, menosprezou e vilipendiou democratas, republicanos e jornalistas sem piedade. Muitos de seus seguidores adoraram seus discursos espontâneos e extravagantes, animando-se

com seus ataques a rivais, repórteres, muçulmanos, mexicanos e imigrantes em geral.

O slogan de campanha Trump é “Faça a América grande novamente”, ainda que muitos aparentemente entendam isso como “Faça a América branca novamente e ela será grande novamente.” Enquanto Trump prometia construir um muro para manter mexicanos fora dos Estados Unidos e proibir muçulmanos de imigrarem, esses ataques racistas foram ligados às promessas de retirar os EUA de guerras externas e reconstruir a economia do país, especialmente sua base industrial. Ele criticou o ex-presidente Bill Clinton por assinar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (inglês: North American Free Trade Agreement, ou Nafta) e se opôs ao Acordo de Associação Transpacífico – TPP (Trans-pacific Partnership) do presidente Barack Obama. Condenou a China por suas práticas comerciais injustas e execrou o México por “exportar criminosos, drogados e estupradores”, embora a mensagem implícita fosse a exclusão de trabalhadores mexicanos que ocupam cargos de baixos salários nos EUA. Ele rompeu com os dois partidos principais em sua recusa de pedir mais austeridade e cortes no orçamento do estado de bem-estar social ou no sistema previdenciário, aos quais quase nunca fez menção. Prometeu usar seu próprio conhecimento de finanças e sua expertise em fechar negócios no sentido de transformar a economia norte-americana, embora não tenha qualquer programa especí-

**A vitória de Trump foi resultado de tanto de seu estilo político idiossincrático, quanto do seu programa político. Ao longo das primárias, diferentemente de outros candidatos, Trump evitou usar discursos preparados ou ler o teleprompter. Quase sempre falou de improviso e suas falas terminavam com comentários repentinos e tiradas contra seus adversários.**

fico para tanto.

A combinação feita por Trump de retórica racista com um programa econômico nacionalista fez com que ele ganhasse um número significativo de seguidores entre os brancos, particularmente os homens brancos de baixa escolaridade, grupo duramente atingido pela crise econômica e ameaçado pela mudança demográfica no país, dado que negros, latinos e asiáticos chegam a representar quase um terço dos habitantes dos EUA. Ao mesmo tempo, Trump tem baixa inserção entre mulheres, latinos e negros. Eleitores negros compreendem que, enquanto Trump centraliza seus ataques sobre os mexicanos e muçulmanos, sua mensagem subliminar para os eleitores brancos é que ele manterá os afro-americanos numa posição inferior.

#### TRUMP PODE VENCER?

Se Trump fez uma extraordinária campanha nas primárias, agora enfrenta um desafio sério por parte da candidata democrata Hillary Clinton. Ele tem dois grandes problemas. Em primeiro lugar, o Partido Republicano e seus financiadores usuais ainda relutam em aceitar Trump como seu candidato. Alguns dirigentes republicanos recusaram-se a apoiá-lo e outros nutrem por ele sentimento de repúdio. Assim, Trump não pode contar com o Partido Republicano para providenciar fundos, cabos eleitorais ou apoio político.

Em segundo lugar, durante as primárias Trump nunca construiu uma forte organização de campanha com bases sólidas para conseguir votos no dia da eleição. A campanha de Clinton arrecadou US\$ 42 milhões, enquanto a de Trump conseguiu somente US\$ 1,5 milhão – que constitui uma extraordinária e inédita discrepância financeira. Se Trump não tem uma infraestrutura organizativa, Hillary e os democratas podem contar com a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO, na sigla em inglês), a maior central sindical do

**Hillary, altamente impopular entre muitos segmentos, enfrenta seus próprios problemas. Alguns apoiadores de Bernie Sanders afirmam que não votarão nela e outros apoiarão Jill Stein, o candidato do Partido Verde, uma legenda independente de esquerda.**



país que pode colocar milhões de seus membros para trabalhar na campanha e conseguir os votos necessários para ganhar as eleições.

Finalmente, enquanto Trump continua a fazer campanha do modo como agiu nas primárias, com a mesma retórica racista, para prazer de seus mais incondicionais apoiadores, brancos e masculinos, seus comentários afastam muitos americanos. Por exemplo, ele recentemente atacou os pais muçulmanos de um soldado americano morto no Iraque e, com isso, ofendeu muitos que entenderam que os assaltos verbais sobre o pai e a mulher, que perderam um filho na guerra, foram longe demais. Se Trump continua a cometer tais gafes políticas, restringirá seu apoio político para os brancos de extrema-direita.

Hillary, altamente impopular entre muitos

segmentos, enfrenta seus próprios problemas. Alguns apoiadores de Bernie Sanders afirmam que não votarão nela e outros apoiarão Jill Stein, o candidato do Partido Verde, uma legenda independente de esquerda. A pequena extrema-esquerda estadunidense está dividida entre os que apoiam Hillary, os que não a apoiam e os que dizem que se deve ter o foco nos movimentos sociais.

Hillary tem todas as condições de vencer a eleição —mas o apelo de Trump para um bom número de estadunidenses não pode ser subestimado. Sem dúvida, uma vitória dele representaria um giro à direita radical.

**Dan La Botz, co-editor de New Politics, [newpol.org](http://newpol.org).**

# Não existe poesia que permita pensar o **GOLPE**

**GOLPE – antologia-manifesto**  
 conta com a participação de  
 120 artistas num uníssono  
 #foratemer



“A poesia não é sobre o golpe. A poesia não é sob o golpe. A poesia não faz explicar o golpe. Não é para suportar o golpe. A poesia não é o bálsamo que conforta os pés queimados do golpe sobre as brasas apagadas da democracia”. O livro, cuja proposta beira a impossibilidade, considerando que o fato é tão horroroso que “não existe poesia que permita pensar o golpe”. Pois bem, a GOLPE reuniu 120 artistas que se desafiaram a criar em palavras e imagens uma antologia-manifesto num uníssono “Fora Temer!”.

A publicação reúne obras de pessoas que escrevem poesia, prosa, roteiro. Participaram também cineastas, cartunistas. A decisão de organizar a coletânea partiu de Ana Rüsche, Carla Kinzo, Lilian Aquino e Stefanni Marion, poetas, na convicção de que a arte é uma das mais intensas formas de expressão da resistência. Em um grito de repúdio ao governo interino em exercício, os textos foram es-

critos, em sua maioria, especialmente para a obra: são um manifesto contra o golpe.

A existência da publicação atesta um fenômeno bonito: a criação de uma rede em torno da urgência e na base da confiança. O processo editorial da GOLPE envolveu uma quantidade absurda de pessoas, boatos dizem que houve até mais gente que a produção do X-Men: Apocalipse. Formou-se uma rede de solidariedade amorosa e prestativa das mais diferentes formas. Imagina reunir 120 artistas! O capista, Rodrigo Sommer. A elaboração do projeto pelo Bloco Gráfico. Os olhares incansáveis da revisão pelas Lígia Ulian, Lilian Aquino e Mei Oliveira.

O convite era claro: a antologia iria se chamar GOLPE, assim, gritado, no escândalo do

título em caixa alta. Quem participou, sabia a qual chamado respondia. As respostas ao convite de participação foram imediatas, emotivas. Histórias de artistas em lugares sem internet, procurando uma lanhouse com o pendrive em mãos, empunhando essa chave simbólica da pena maior que a espada, a caneta mais potente que o braço – palavras e ideias, esses seres à prova de balas.

Houve ainda quem não conseguiu produzir. Poetas de larga trajetória e artistas com experiência que não conseguiram elaborar um texto até o final. Queriam participar, mas o bloqueio era grande. Se o golpe foi capaz de calar a mulher mais importante do país, como responder? O silêncio de tanta gente que lida

com a palavra é sintomático. O silêncio não deixa de ser forma de resposta. O mesmo silêncio que traz ritmo a uma estrofe. O golpe é silenciamento.

“Não deixa de ser irônico que o presidente interino se diga poeta”, observa Adriano Almeida que participou da antologia, “e ainda poeta que usa mesóclise! Não dá nem para ler em voz alta”. A poesia de Temer reúne o que há de mais retrógrado na ideia de poesia, um tom bacharelesco de uma suposta alta cultura. Mário de Andrade, há um século, com seus trajes lindamente extravagantes, concordaria sorrindo.

Com prefácio pulsante de Marcia Tiburi, a antologia-manifesto dá voz à rua e para além da rua, já que extrapola fronteiras e une, com um único objetivo, textos de artistas que, mesmo com posições políticas diversas, são desfavoráveis ao atual cenário e lutam pela democracia. Não se trata, pois, de um manifesto a favor de um partido ou um governo específico, mas em defesa da nossa tão jovem e já ameaçada democracia. É afrontamento da arte que, nas palavras de Tiburi, tem “a poesia [como] o fora do texto para onde o texto olha a abrir com as armas perigosas da palavra a passagem para a vida revolucionária”.

A urgência do chamado pediu que a publicação fosse pensada para o ambiente virtual. Assim que foi solta no papel de luz, a anto-

logia se espalhou no rastilho da indignação polvorosa. Até o fechamento deste texto, foram mais de 4 mil visualizações na plataforma Camaleão.

### Participantes:

adriano de almeida | ale safra | alessa menezes | alessandra e verônica cestac | alexandre willer melo | alfredo fresia | ana elisa ribeiro | ana estaregui | ana rüsche | andré dahmer | andré vallias | andréa catrópa | andrea del fuego | anita deak | annita costa malufe | beatriz seigner | bruna beber | bruno zení | caco ishak | caco pontes | caetano gotardo | caetano grippo | carla kinzo | carol rodrigues | charles marlon | claudinei vieira | claudio daniel | dan nakagawa | daniel minchoni | denise bottmann | denise sintani | dianna de hollandia | diego carvalho sá | diego vinhas | dirceu villa | donny correia | edson cruz | edson valente | eduardo lacerda | ellen maria | elvira vigna | eric novello | fabiana faleiros | flávio caamana | francesca cricelli | frederico barbosa | gabriela amaral almeida | gregório duvivier | gustavo nagib | heitor ferraz | helena ignez | isabela noronha | jéssica balbino | joão gomes | joão paulo cuenca | jr. bellé | julián fuks | juliana calderón | juliana cordaro | karine kelly pereira | laerte | leonardo

costa | leonardo mathias | letícia novaes | lílian aquino | lineker | luana vignon | lubi prates | luiz ruffato | luiza romão | maeve jinkings | maiara gouveia | maíra mendes galvão | manóel herzog | manóel quitério | manu maltez | marcelino freire | marcelo ariel | márcia denser | marcia tiburi | marcílio godói | marco dutra | marcos gomes | marcos siscar | maria clara escobar | maria giulia pinheiro | mariano marovatto | mei oliveira | mel duarte | michele santos | micheliny verunschik | nicolas behr | noemi jaffe | odyr | pádua fernandes | paula fábrío | paulo ferraz | pedro tierra | pedro tostes | priscila gontijo | rafael rocha daud | regina azevedo | renan nuernberger | renan quinalha | reynaldo damazio | ricardo escudeiro | ricardo lisias | ronaldo bressane | sheyla smanoto | shiko | stefanni marion | tarso de melo | tatá aeroplano | tatianna salem levy | thelma guedes | thiago mattos | tony monti | tula pilar | vanderley mendonça | verônica stigger

Título: **GOLPE** - antologia-manifesto  
Organização: Ana Rüsche, Carla Kinzo, Lílian Aquino e Stefanni Marion  
São Paulo: Punks Pôneis, 2016, 366 p.  
Link para visualização online:  
<https://pt.calameo.com/read/0048308734bb1da54804c>



## laurocampos.org.br

Confira as publicações,  
atividades e acervo  
da Fundação  
Lauro Campos.

# A revista Socialismo e Liberdade quer ir à luta com você

A distribuição é gratuita, mas você precisa solicitar ao Diretório Estadual o seu exemplar sempre que houver um número novo.



Revista  
**Socialismo  
e Liberdade**

A Fundação Lauro Campos é uma instituição sem fins lucrativos. Por isso a Revista Socialismo e Liberdade não pode ser comercializada. Isto impede, em função dos custos, a produção de uma tiragem maior.

  
FUNDAÇÃO  
**LAURO CAMPOS**



### Cada canción ...

Cada canción  
es un remanso  
del amor.

Cada lucero,  
un remanso  
del tiempo.  
Un nudo  
del tiempo.

Y cada suspiro  
un remanso  
Del grito

García Lorca  
(1898 - 1936)